



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA - SOCIEDADE,
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**NEO-INSTITUCIONALISMO E CIÊNCIA POLÍTICA:
UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE A ESCOLHA RACIONAL**

REGINALDO RIOS DE OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA - SOCIEDADE,
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**NEO-INSTITUCIONALISMO E CIÊNCIA POLÍTICA:
UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE A ESCOLHA RACIONAL**

REGINALDO RIOS DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelino Teixeira Lisboa
Co-orientadora: Dr^a. Maíra Machado Bichir

Foz do Iguaçu
2023

REGINALDO RIOS DE OLIVEIRA

**NEO-INSTITUCIONALISMO E CIÊNCIA POLÍTICA:
UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE A ESCOLHA RACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelino Lisboa Teixeira
UNILA

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maíra Machado Bichir
UNILA

Prof^a. Dr^a. Élen Cristiane Schneider
UNILA

Prof^a. Dr^a. Heloísa Marques Gimenez
UNILA

Aprovado em: Foz do Iguaçu, 25 de outubro de 2023.

Dedico este trabalho à minha família e a todos os familiares, amigos e a Igreja Batista Itaipu que de forma direta e indireta, colaboraram para esta conquista. O nosso muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Ao autor da fé e ao que diz, “יהוה”, o criador da vida e sustentador da minha esperança a minha gratidão. “Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Romanos 11:33.

A gratidão é uma ato de reconhecimento, pois na jornada da vida não estamos sozinhos. Deste modo, quero fazer menção de pessoas que nos acompanharam nesta jornada. Ao nobre Professor Dr. Hernán Eduardo Thomas (UNQ), quero expressar minha gratidão por ter sido uma figura importante para conhecermos a UNILA, e como coordenador da Pós-graduação em Tecnologias Sociais por me escolher entre vários candidatos e ao apoio do professor Dr. Andrea Ciacchi. Essa oportunidade me possibilitou, vir residir e trabalhar na PIBFOZ a quem também agradeço. Assim, mantive minha esperança de continuar estudando quando me inscrevi para o curso de Ciência Política e Sociologia como aluno portador de diploma dando continuidade aos estudos na universidade. Agradeço ao apoio incondicional da Unila ao longo dessa jornada.

Minha gratidão a todos os professores, Flavio Gaitán; Victoria Darling; Gustavo Vieira; Cristiana Jacquemin; Rejane Bueno; Bruno Bolognesi; Susana Valansi; Leonardo Acchini; Diana Pereira; Livia Morales; Andre Cruz; Karen Honorio; Thiago Bolivar; Luis Rosa; Silvia Aquino; Silvina Irusta; Silvia Ferro; Gonzalo Vargas; Rodrigo Silva; Claudia Soares; Maria Vieira; Andrea Ciacchi; Fernanda Maidana; Wolney Carvalho; Renata Oliveira; Tereza Dulci; Waldemir Rosa; Hernan Marcelo; Juan Fernandez; Andre Andre; Rogerio Giugliano; Marcelino Lisboa; Maíra Bichir; Elen Schneider; Juliana Guanais; Fabio Borges; Rodrigo Carron; Paula Fernandez; Regina Silva; João Barros Ii; Mamadou Diallo; Pablo Camilo; Juliana Pasini; Idete Santos; Evander Silva e Heloísa Gimenez, que com afincos e inúmeras provocações nos proporcionaram fortalecer um pensamento crítico e analítico ao compreender a realidade social, política e econômica na América Latina e em outras partes do mundo. "Cheguei à UNILA olhando para a América Latina como um português, e hoje saio pensando como um latino-americano". Minha gratidão ao nobre professor e orientador, Dr. Marcelino Teixeira Lisboa, por sua constante paciência. Quero estender meus agradecimentos a todos os técnicos e profissionais que fazem parte deste imenso projeto chamado UNILA. O nosso muito obrigado!

Projetar é como remar. Remar de costas;
“Olhando para trás, pensando para frente”.

Amyr Klink

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito fornecer uma introdução sistemática ao neoinstitucionalismo, abrangendo suas principais vertentes: o neoinstitucionalismo histórico, sociológico e da escolha racional, com o objetivo de destacar sua relevância nos estudos de ciência política. Para atingir esse propósito, utilizaremos um método de pesquisa baseado em levantamento bibliográfico, percorrendo textos que esclareçam e explicitem a teoria e os diferentes aspectos do neoinstitucionalismo em suas vertentes predominantes. Nesse contexto, apresentaremos os principais trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, com ênfase na abordagem da escolha racional no neoinstitucionalismo. Utilizaremos a seleção feita durante o levantamento bibliográfico para conduzir uma revisão narrativa sobre a escolha racional e sua relação com os estudos de ciência política. Portanto, este projeto detalha e valida um modelo derivado de uma abordagem teórica presente na literatura e aplicada na prática.

Palavras-chave: institucionalismo; neoinstitucionalismo; ciência política; escolha racional.

ABSTRACT

This research aims to provide a systematic introduction to new institutionalism, covering its main aspects: historical, sociological and rational choice new institutionalism, with the aim of highlighting its relevance in political science studies. To achieve this purpose, we will use a research method based on a bibliographical survey, going through texts that clarify and explain the theory and the different aspects of neo-institutionalism in its predominant aspects. In this context, we will present the main works found in the bibliographical research, with an emphasis on the rational choice approach in neo-institutionalism. We will use the selection made during the bibliographic survey to conduct a narrative review on rational choice and its relationship with political science studies. Therefore, this project details and validates a model derived from a theoretical approach present in the literature and applied in practice.

Key words: institutionalism; new institutionalism; political science; rational choice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 NEOINSTITUCIONALISMO	13
2.1 HISTÓRICO	22
2.2 SOCIOLÓGICO	29
3 ESCOLHA RACIONAL	36
3.1 PRINCIPAIS TRABALHOS	39
3.2 A ÊNFASE EM ESCOLHA RACIONAL NA LITERATURA	51
3.2.1 Seleção dos textos	52
3.3 REVISÃO NARRATIVA SOBRE A ESCOLHA RACIONAL	54
4 CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Um dos cerne da ciência política é indicar em que medida as decisões políticas são influenciadas por escolhas individuais como resultado do comportamento individualista de atores ou são moldadas por diferentes instituições que estabelecem as decisões coletivas. Neste sentido, um dos temas mais atuais na pesquisa da ciência política na contemporaneidade está relacionado a uma perspectiva sobre as instituições, seu papel e sua importância, com foco geralmente na análise de políticas públicas e sua relação com a relevância da racionalidade nos processos de tomada de decisões. Assim, podemos considerar que, a partir da década de 1970 e 1980, as instituições retomaram, em uma nova abordagem, a centralidade da investigação para a Ciência Política contemporânea. Nesta discussão, a pesquisa busca apresentar o neoinstitucionalismo a partir de suas principais vertentes: histórica, sociológica e da escolha racional. Desta forma, o presente trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro, são apresentadas questões gerais sobre o neoinstitucionalismo. No segundo, são apresentadas as três principais vertentes analíticas desta perspectiva. Duas dessas vertentes, a histórica e a sociológica, são tratadas de forma menos aprofundada, e a apresentação e descrição delas se baseiam em obras fundamentais para o entendimento desse tema. A abordagem sobre a escolha racional é tratada inicialmente da mesma forma que as outras em forma de apresentação.¹

A pesquisa consiste em uma revisão narrativa sobre a vertente da escolha racional, que inclui diversos textos relacionados a essa abordagem. Dessa forma, a metodologia de pesquisa está ancorada no levantamento bibliográfico de artigos e textos acadêmicos com o objetivo de revisar a literatura sobre a escolha racional no contexto do neoinstitucionalismo.

Neste sentido, estão implícitos na revisão narrativa dois aspectos importantes: a flexibilidade e a subjetividade do autor da pesquisa, que fazem parte

¹Acerca do currículo do autor deste trabalho de conclusão de curso, possui formação em: Curso Livre em Teologia (2000), Seminário Teológico Batista do Nordeste - Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (2007 - 2017) Universidade Luterana do Brasil - Especialização em Tecnologias Sociais Para a Inclusão Socioeconômica, a Democratização Política e o Desenvolvimento Local em (2012) e Graduação em Ciência Política e Sociologia (2023), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Especialização em Metodologia do Ensino da História e Geografia - Centro de Ensino Superior Dom Alberto (FDA) - Especialização em Ensino Religioso - Instituição de Ensino Faculdade Futura (IEFF) Especialização em Gestão da Educação a Distância - Instituto Federal de Roraima (IFRO) Atuação Profissional Docente em Ciências Sociais da Rede Estadual de Educação no Paraná (Seed, 2015- 2023) E-mail: sociologoliveira@gmail.com.

integrante do processo de investigação que busca analisar e descrever a exposição de conhecimentos específicos. Distintamente, a revisão narrativa não tem como objetivo responder a perguntas nem seguir rigorosamente critérios de avaliação, mas sim descrever de forma crítica e abranger um panorama da área ou campo de estudo específico.

Portanto, podemos afirmar que a revisão narrativa não está restrita a um determinado período de tempo, como um espaço temporal em que se deve considerar o contexto da pesquisa. Deste modo, esta pesquisa não estabelece um marco temporal para a seleção de textos a serem utilizados na revisão narrativa. No entanto, essa metodologia, com um viés de busca qualitativa, prioriza a importância e qualidade dos textos para o campo de estudo pesquisado, com o objetivo de contribuir para a produção do conhecimento a partir das lacunas percebidas na análise e descrição dos textos investigados sobre o neoinstitucionalismo e suas principais abordagens.

A abordagem histórica é uma vertente teórica e historiográfica que procura examinar as instituições, entendidas como conjuntos de princípios, regras e valores, que moldam o comportamento humano ao longo do tempo. É importante destacar que essa abordagem é caracterizada por sua natureza eclética, que permite a integração de diversas perspectivas e teorias relevantes para analisar os diversos aspectos das instituições e seu impacto na política e na sociedade. Essa perspectiva será abordada no primeiro capítulo.

Na perspectiva sociológica, busca compreender como as interações entre indivíduos resultam em estruturas sociais. Portanto, podemos afirmar que a teoria das instituições possui um vasto potencial para influenciar diversas áreas de análise devido à sua importância na organização da sociedade. É crucial destacar que é pouco provável que a sociedade subsista sem a constituição de instituições em seu sentido mais intrínseco e abrangente, ou seja, como um conjunto de princípios, regras, normas e procedimentos que asseguram o funcionamento adequado das organizações por meio das interações individuais. A abordagem sociológica também será explorada no primeiro capítulo deste trabalho.

O neoinstitucionalismo da escolha racional pode ser definido como uma abordagem que busca explicar o comportamento social e político dos indivíduos, partindo do pressuposto de que agem de maneira racional. Essa vertente tem como objetivo principal esclarecer como os indivíduos e grupos em uma

sociedade tomam decisões em diferentes contextos econômicos, políticos e sociais. De acordo com essa abordagem analítica, as pessoas conduzem suas ações de maneira racional, com a intenção de maximizar os benefícios e minimizar os custos, com base em suas preferências e necessidades individuais. Essa vertente do neoinstitucionalismo receberá maior ênfase no segundo capítulo deste texto.

2 NEOINSTITUCIONALISMO

Nas últimas décadas, a ciência política tem direcionado uma concentração crescente ao estudo das instituições como parte integrante e fundamental de suas análises, levando em consideração as mudanças significativas ocorridas na sociedade contemporânea. Essa abordagem culminou no slogan “as instituições importam”. Esse novo entendimento sobre essas estruturas, seu papel e importância nos estudos de ciência política está fundamentado em uma nova perspectiva conhecida como neoinstitucionalismo. No entanto, é crucial notar que esta perspectiva enfrentada pelas críticas coloca em dúvida a colocação de que as instituições desempenham um papel significativo na formação das decisões políticas na sociedade, assim como nas escolhas individuais dos seus membros.

Neste contexto, a ciência política norte-americana se avançou da ênfase das instituições e da teoria comportamentalista nas décadas de 1950 e final da década de 1960, visto que esta era vista como uma variável interpretativa restrita ao direito formal, sendo rotulada de "velho institucionalismo" " ou "behaviorismo". Essas designações estavam associadas a abordagens consideradas superficiais, limitadas e cuidadosas de aplicação prática. Neste sentido, a crítica ao institucionalismo estava relacionada à sua falta de embasamento teórico, o que foi considerado essencial para o campo de estudo da ciência política como uma ferramenta eficaz de investigação política. No entanto, segundo Mello, Magdalena e Pedro (2018),

Portanto, o neoinstitucionalismo define as instituições como objeto central de análise, porém, diferentemente do velho institucionalismo, essa análise é dinâmica, considerando comportamento e interesses dos atores, distribuição de poder, cultura, entre outros fatores. Ele enfatiza o papel das instituições a partir de sua importância na estratégia dos atores, nos rumos, trajetórias e conteúdo das políticas (Mello; Magdalena; Pedro, 2018, p. 19).

Dessa maneira, o neoinstitucionalismo surge como uma nova perspectiva de análise, criticando a interpretação de como o indivíduo é visto como um agente livre ou limitado pelas estruturas sociais que influenciam e definem suas tomadas de decisões e ações. No entanto, é importante destacar que a teoria do neoinstitucionalismo não é uma perspectiva unificada.

Este movimento tem suas bases teóricas, em parte, na academia

americana com tendência específica, ou seja, nos Estados Unidos, os estudos têm se dividido, principalmente, entre a tradição histórica e a escolha racional, esta última com prioridade especial”. Desta forma, o objetivo é manter, em certa medida, o institucionalismo como uma variável relevante no escopo dos estudos da ciência política, inclusive sob a influência do behaviorismo. No entanto, as bases teóricas na academia europeia têm as suas especificidades, “... nas suas aplicações, focadas nos novos institucionalistas históricos e sociológicos...” (Nascimento, 2009, p. 99).

Entretanto, é necessário considerar a complexidade que envolve o novo institucionalismo, considerando suas múltiplas abordagens, o que impede a formação de uma corrente teórica recorrente. Uma vez que o institucionalismo, como pressuposto deste novo paradigma, estabelece como vertentes principais, o institucionalismo histórico, o sociológico e a escolha racional. Dessa forma, o neoinstitucionalismo passa a exercer influência em diferentes campos de estudo da ciência política, com seu maior impacto no diagnóstico das instituições nas políticas públicas, a partir da perspectiva da escolha racional, que, segundo Barbosa (2018),

O institucionalismo da escolha racional parte do princípio de que as instituições são importantes como recursos de contexto estratégico, impondo restrições no comportamento auto-interessado. Segundo Immergut (1998), essa linha de pensamento consiste numa análise das escolhas feitas por atores racionais sob condições de interdependência e num estudo de sua ação estratégica, usando ferramentas como a teoria dos jogos. As escolhas políticas devem ser entendidas e interpretadas a partir das instituições (regras do jogo), que permitem que escolhas políticas sejam feitas porque elas não permitem que toda escolha concebível seja considerada (Barbosa, 2018, p. 16).

Nessa perspectiva, o neoinstitucionalismo passou a exercer uma influência específica sobre diversos campos de estudo e observação da ciência política, resultando em investigação interdisciplinar. No entanto, seu maior impacto de pesquisa é voltado para as políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas constituíram instrumentos que possibilitaram avaliar a importância das instituições e sua influência nos resultados sociais e políticos dessas políticas. Entretanto, o neoinstitucionalismo é uma perspectiva que considera que as organizações exercem influência sobre as escolhas dos atores e as decisões de natureza política. Isso é enfatizado por meio de um conjunto de regras formais e informais que passam a orientar o funcionamento dessas entidades e, conseqüentemente, garantir sua

estabilidade funcional e, por conseguinte, seu equilíbrio.

Nesse contexto, o equilíbrio é definido na ciência política como "Equilíbrio Pontual". Este aspecto visa estudar os diferentes períodos estabelecidos na dinâmica institucional, podendo representar um período de continuidade ou de ruptura institucional sob a ótica da análise das políticas públicas em relação aos fatores que os determinam, e que podem sofrer influências internas e externas. Neste sentido, segundo Nascimento (2009),

Para os institucionalistas da escolha racional, uma instituição é simplesmente um equilíbrio, isto é, um modelo regular de comportamento com expectativas mútuas sobre os cursos de ação que os atores irão tomar. O argumento principal para estes autores é que os atores perseguem interesses fazendo escolhas sob restrições. Não obstante, o institucionalismo surge como uma reação à popularidade e aos excessos do behaviorismo (Nascimento, 2009, p. 116).

Dentro desse contexto, para o neoinstitucionalismo, a instituição exerce influência sobre a tomada de decisões políticas, estabelecendo assim uma relação de equilíbrio, em contraposição a outras perspectivas, como o pluralismo e o marxismo, que enfatizam os interesses e conflitos de diferentes grupos sociais.

No entanto, podemos considerar que a teoria do institucionalismo utiliza como instrumentos de investigação os campos das ciências sociais, buscando interpretar as causas ocorridas na sociedade a partir do contexto de seus contextos e das instituições que a afetam. Dessa forma, o institucionalismo é concebido como um sistema formado por regras sociais que possibilita o funcionamento da sociedade e, ao mesmo tempo, regem as interações sociais. Nesse sentido, o institucionalismo, como um sistema, tem como objetivo compreender como um conjunto de regras enraizadas e estruturadas em uma sociedade exerce influência sobre as medidas políticas e, conseqüentemente, sobre os indivíduos que fazem parte dela. Assim, o institucionalismo procura esclarecer que as estruturas e operações das instituições fazem parte de uma realidade moldada socialmente, com base em um conjunto interligado de princípios, regulamentos, padrões, convicções, valores e procedimentos que desempenham um papel decisivo em uma circunstância particular. No entanto, segundo Nascimento (2009),

O novo institucionalismo caminha em direção à ideia de que as instituições representam uma força autônoma dentro da política, e que seu peso pode ser

sentido tanto sobre a ação quanto sobre os resultados. Isto sugere que a análise política está mais bem apoiada se as instituições são nosso ponto de partida. Ou, metodologicamente falando, autores neo-institucionalista advogam o uso das instituições não apenas enquanto variáveis intervenientes, mas também, principalmente, enquanto variáveis independentes (Nascimento, 2009, p. 103).

Portanto, essa teoria também se dedica a interpretar a importância e a função das organizações públicas, econômicas e jurídicas na regulação do comportamento social, bem como na distribuição de recursos e poder em uma sociedade. Deste modo, a teoria do institucionalismo pode ser categorizada em diferentes abordagens, como o velho institucionalismo e o neoinstitucionalismo. O institucionalismo tem origens que remontam ao século XIX e ao início do século XX. Nesse contexto, o institucionalismo é definido como uma maneira de ser e de pensar de um ente que estabelece uma relação que precede e continua inserida nos hábitos de um determinado grupo, constituindo também os costumes das pessoas que participam de uma sociedade. O institucionalismo, em suas origens, difere do pensamento e da teoria do materialismo histórico, atribuindo maior importância aos aspectos históricos e sociológicos das instituições, uma vez que esses enfoques estão ligados a uma teoria que define como organizações com base em bases históricas.

Por outro lado, o neoinstitucionalismo é um movimento que surgiu nas décadas de 1970 e 1980 na academia norte-americana com o objetivo de reexaminar a abordagem teórica do institucionalismo. Esta perspectiva considera as instituições como um sistema composto por representações simbólicas e comportamentos estabelecidos por um conjunto de regras de representação, constituição e normatização. Essas regras são mecanismos que regulam e criam um conjunto compartilhado de significados capazes de moldar os sujeitos e os padrões de ação inerentes ao institucionalismo.

Teoricamente, o neoinstitucionalismo introduz novas abordagens vinculadas ao racionalismo, que busca negar a importância dos elementos históricos e sociológicos que fundamentam uma perspectiva mais tradicional na interpretação ou explicação da ação social. Entretanto, é importante destacar que esta discussão também nos apresenta outras facetas, como a questão da legitimidade institucional que está relacionada ao institucionalismo. Isto considera os fatores inerentes à própria instituição como elementos indispensáveis para que essa entidade seja

socialmente reconhecida com base em sua identidade fornecida por seu conjunto de normas, valores e confiança, os quais se originam de suas finalidades. Dessa forma, a alteração institucional passa a ser representada pelo seu poder de coagir por meio de avaliações quando seus atores não cumprem seus princípios, normas, padrões, convicções e valores. Desta maneira, segundo Costa (2019),

[...] Ideologia, normas e convenções sociais, bem como códigos de conduta ética e moral, passaram a ser elementos importantes na análise por interferirem na esfera comportamental dos indivíduos e darem legitimidade, estabilidade e ordem à vida social. No limite, sem os constrangimentos impostos por questões ideológicas, os custos de enforcement seriam inviáveis para às organizações (Costa, 2019, p. 71).

No entanto, essa legitimidade também decorre da regulação imposta por órgãos públicos, como o governo, agências reguladoras, associações, entre outros, que são constituídas legalmente para essa finalidade. Nesse sentido, o institucionalismo, atendendo à necessidade de legitimar as ações das instituições por meio de agentes regulatórios, estabelece seus aspectos normativos, especificamente orientados aos seus princípios, regulamentos, padrões, convicções e valores que devem orientar as estruturas funcionais das organizações. Concomitantemente, o aspecto cultural-cognitivo se refere à facilidade dos modos operacionais como intrinsecamente naturais e incontestáveis, com o objetivo de estabelecer como as instituições devem funcionar e quais meios devem ser usados para seu funcionamento, os quais devem ser legítimos, a fim de atender especificamente aos seus fins.

Deste modo, podemos considerar que a evolução do neoinstitucionalismo na ciência política ocorreu de forma complexa, com o surgimento de diferentes autores, correntes teóricas e abordagens ao longo do tempo, como apresenta Peres (2008),

Com efeito, é em torno desse paradigma que se movimenta e se organiza a comunidade desse campo científico, fazendo avançar o conhecimento acerca dos fenômenos políticos no interior de seu próprio sistema cosmológico. Este, por sua vez, abrange os fundamentos ontológicos e epistemológicos da abordagem neo-institucionalista, cuja premissa básica é a idéia de que, para usar expressões consagradas, as “instituições importam” decisivamente na produção dos resultados políticos. Conforme já discutido por alguns autores por exemplo, Barry, 1978; March e Olsen, 1984; Almond, 1988; Dryzek e Leonard, 1988; North, 1990; Eggertsson,

1990; Dimaggio e Powell, 1991; Blackhouse, 1994; Mäki e Knudsen, 1993; Knight e Sened, 1995; Nee, 1998; Simon, 2000. (Peres, 2008, p.54).

Desta maneira, o processo de desenvolvimento do neoinstitucionalismo na ciência política é considerado complexo devido à sua variedade de perspectivas teóricas, enfoques metodológicos e debates acadêmicos que se desenvolveram ao longo do tempo nessa construção teórica e prática do neoinstitucionalismo, que passou a envolver a elaboração de conceitos, modelos e perspectivas analíticas com a finalidade de compreender e explicar como as instituições norteiam e afetam o comportamento político, econômico e social em uma sociedade. Neste sentido, o estudo das instituições implica em investigar como elas moldam e estabelecem as interações entre atores e influenciam suas decisões políticas, como afirma Romagnoli (2020),

Importante destacar que a policy image deve ser considerada sempre associada ao contexto institucional em que é desenvolvida. Isso porque as decisões são tomadas pelas instituições em locais denominados policy venue: "Policy venues are the institucional locations where authoritative decisions are made concerning to a given issue" (Romagnoli, 2020, p. 11 apud Baungartner e Jones, 1993, p.32).

Desta forma, o processo de construção teórica para o neoinstitucionalismo envolve os fundamentos para a prática e aplicação de teorias e conceitos em pesquisas empíricas e estudos de caso, como ferramentas possíveis para a validação da produção do conhecimento científico. O escopo da pesquisa abrange questões relacionadas às políticas, econômicas e sociais nas realidades da sociedade concreta, com o objetivo de compreender como as instituições norteiam e exercem influência na sociedade. Portanto, as teorias estruturais são um mecanismo de aferição que inclui o exame de políticas públicas, estruturas organizacionais e processos de tomada de decisão como elementos importantes na relação entre teoria, prática e aplicação. Neste sentido, como afirma Peres (2008),

No caso da Ciência Política, o recorte institucional foi processado por uma redução radical das variáveis explicativas fundamentais, concentrando-se quase exclusivamente no desenho constitucional e nas regras que presidem o "jogo político". A cultura, as crenças, os valores, enfim, as instituições sociais e até mesmo a estrutura econômica passaram a ser considerados, todos, elementos exógenos tanto ao fenômeno estritamente político como ao conjunto de variáveis explicativas das decisões coletivas (Peres, 2008, p.

65).

Como resultado, os principais enfoques metodológicos para o debate sobre o neoinstitucionalismo na ciência política incluem abordagens qualitativas, estudos de caso comparativos, análise de políticas públicas e modelos formais. Entretanto, segundo alguns pesquisadores como descreve Pires, (2008, p. 57), como, (cf. Almond e Powell, 1966; Eckstein, 1988; Pasquino, 1994; Chilcote, 1996). Indicando assim, perspectivas teóricas que contribuem para o marco teórico do neoinstitucionalismo na ciência política que está ancorado em três vertentes distintas: o institucionalismo histórico, o sociológico e a escolha racional. Todos eles têm o propósito de interpretar o papel das instituições nas resoluções políticas e sociais, relacionando seu desempenho, resultados e sua importância histórica, em especial aos processos de desenvolvimento econômico, como afirma Costa (2019) apud North (1990, 1991, 1995, 2018),

Ao longo da história, instituições foram criadas por seres humanos para criar ordem e reduzir a incerteza nas trocas. Juntamente com as restrições comuns da economia, elas definem o conjunto de opções e, portanto, determinam os custos de transação e produção e, portanto, a lucratividade e a viabilidade de se envolver na atividade econômica. Elas evoluem gradualmente, conectando o passado com o presente e o futuro; a história em consequência é, em grande parte, uma história da evolução institucional, na qual o desempenho histórico das economias só pode ser compreendido como parte de uma história sequencial (Costa, 2019, p. 69).

No entanto, o institucionalismo, em suas diversas manifestações, engloba abordagens variadas em relação às correntes de pensamento européias e norte-americanas. Como resultado, essas diferentes tradições intelectuais, históricas e sociais influenciaram as perspectivas teóricas adotadas por diversos estudiosos do institucionalismo. Dentro desse contexto, a tradição europeia ressalta a significância das instituições sociais e históricas no processo de estabelecimento, organização e desenvolvimento das estruturas políticas e econômicas, abordando aspectos inclusivos culturais, identitários, valores e normas sociais como elementos que possibilitam a existência e o funcionamento das organizações. Esses elementos são considerados fundamentais em uma abordagem de pesquisa de cunho qualitativa e descritiva do institucionalismo. Em contrapartida, a tradição norte-americana prioriza, em seus estudos sobre o institucionalismo, os aspectos econômicos e políticos, uma

vez que esses setores possuem relevância significativa e exercem um impacto específico sobre as instituições e a maneira como operam. Neste sentido, podemos ressaltar a importância significativa de que o processo de desenvolvimento histórico do neoinstitucionalismo contribuiu definitivamente para a consolidação do ecletismo e do pluralismo metodológico na ciência política, como afirma Peres (2008),

Finalmente, o fator de maior relevância foi a grande influência que pesquisadores e teóricos europeus exilados, e que se instalaram nas universidades norte-americanas, exerceu na formação de novos cientistas políticos e na condução de pesquisas sociais (Somit e Tanenhaus, 1967; Almond, 1996). Esses intelectuais trouxeram maior rigor teórico, novas perspectivas analíticas, habilidades em estatística e, acima de tudo, uma visão multidisciplinar, contribuindo enormemente para que a Ciência Política se tornasse uma ciência bastante eclética e pluralista do ponto de vista metodológico (Peres, 2008, p. 57).

Portanto, os domínios econômicos e políticos são esferas que exercem influência na formação e no funcionamento das instituições por meio de princípios, padrões, convicções e valores que orientam as ações dos indivíduos inseridos nelas. Além disso, a compreensão da interconexão entre esses campos é de suma importância para entender a origem, evolução e transformação das instituições ao longo do tempo. Deste modo, a vertente norte-americana, ao abordar o neoinstitucionalismo, dá prioridade à ênfase na economia e na política, considerando-as como as principais forças propulsoras por trás das instituições e de suas dinâmicas. Nessa perspectiva, compreender o impacto da economia e da política sobre as instituições é de importância crítica para analisar seu funcionamento e influência na sociedade. Na ciência política europeia, a ênfase recai sobre o novo institucionalismo histórico e sociológico como abordagens de estudo. No entanto, nos Estados Unidos, há um esplendor entre a perspectiva histórica e a escolha racional, com esta última se sobrepondo à primeira. Neste sentido, de acordo com Contrera (2021),

O foco da teoria neoinstitucional é a investigação do papel das instituições no comportamento político por meio da análise de todo tipo de instituição social e estatal que molda os interesses dos atores políticos e que estrutura as relações de poder entre os grupos. Todavia, não consiste em uma corrente unificada, e em seu interior convivem três campos com ambições teóricas e metodológicas distintas: o neoinstitucionalismo sociológico; o neoinstitucionalismo da escolha racional e neoinstitucionalismo histórico (Contrera, 2021, p. 31-32).

Desta forma, uma nova abordagem do institucionalismo histórico, como perspectiva simultânea, que busca interpretar a importância das instituições políticas e históricas na compreensão do processo político, destacando a influência das estruturas e contextos institucionais na formulação de políticas e na tomada de medidas políticas. Deste modo, concluímos nossa pesquisa com a apresentação dos trabalhos selecionados pelo levantamento bibliográfico, com ênfase no institucionalismo da escolha racional. Esta abordagem compreende como as instituições políticas são moldadas por ações racionais dos atores políticos que se compõem e visam maximizar os interesses individuais e corporativos. Essas análises mostram uma visão abrangente das perspectivas da nova abordagem do institucionalismo contemporâneo e sua relevância para a ciência política, como afirma Pires (2008),

Conforme já discutido por alguns autores (por exemplo, Barry, 1978; March e Olsen, 1984; Almond, 1988; Dryzek e Leonard, 1988; North, 1990; Eggertsson, 1990; Dimaggio e Powell, 1991; Blackhouse, 1994; Mäki e Knudsen, 1993; Knight e Sened, 1995; Nee, 1998; Simon, 2000), há pelo menos três áreas das ciências humanas nas quais, nos últimos quarenta anos, ocorreu a retomada do viés institucional como premissa analítica – a Economia, e Sociologia e a Ciência Política – “... assim como no caso da abordagem da política, ainda segundo alguns autores (Hall e Taylor, 1996; Kato, 1996; Norgaard, 1996”, também haveria uma subdivisão em três tipos de enfoque – “institucionalismo histórico”, “institucionalismo sociológico” e “institucionalismo da escolha racional” (Pires, 2008, p. 54).

Na seção seguinte, abordaremos o neoinstitucionalismo sociológico, que se concentra na análise das estruturas e dinâmicas institucionais, englobando os comportamentos políticos e o processo decisório dos atores principais. Nosso objetivo é compreender a dinâmica resultante das interações sociais, políticas, econômicas e culturais que afetam o comportamento político e, por conseguinte, os processos decisórios envolvendo indivíduos e instituições. Isso nos permitirá avaliar a relevância e o papel das instituições na formação, influência e limitação das ações dos atores que buscam alcançar seus interesses por meio de interações institucionais significativas.

2.1 HISTÓRICO

O neoinstitucionalismo histórico surge como uma resposta concomitante às tradições comportamentalistas ou behavioristas e estruturais-funcionalistas, que dominaram a ciência política nas décadas de 60 e 70 e que se fundamentaram em ambas as tradições. Esta abordagem integra o "conceito de instituição como um conjunto de procedimentos, protocolos, normas e convenções, oficiais e oficiais inerentes à estrutura organizacional". Neste sentido, essa abordagem concentra-se em suas bases historiográficas, fundamentada em especificações históricas, suas rupturas, permanências e progressos como elementos mais significativos dessa vertente, tendo como alguns dos principais teóricos Immergut (1998), Thelen e Steinmo (1992), Hall e Taylor (2003), Théret (2003 e 2007), segundo Macedo e Ckagnazaroff (2018). Estes teóricos fundamentam suas abordagens nas interações entre atores e macroeconomias, na análise do comportamento e nas relações de causa e efeito, com ênfase na coletividade e na validade dos arranjos institucionais.

Dessa forma, nosso propósito é situar essa teoria no âmbito da produção do conhecimento científico por meio da estruturação do campo da ciência política. Consequentemente, podemos afirmar que o institucionalismo histórico realça a importância das organizações políticas e de seus contextos históricos na compreensão dos processos políticos, sublinhando o papel das estruturas e dos ambientes institucionais na formulação de políticas e na tomada de decisões políticas como elementos centrais para a pesquisa que contribuem no campo da ciência política. No entanto, Ribeiro (2012) apud Sanders (2008), afirma que,

Os pontos definidores do institucionalismo histórico referem-se, primeiro, à eleição de um projeto científico que se preocupa em elucidar a construção, manutenção e adaptação das instituições. Em segundo lugar, a aproximação a tais temas se dá pela percepção de que os atores políticos detêm metas e objetivos, o que se mostra como uma finalidade da ação social mais ampla do que sujeitá-la exclusivamente a fins racionalmente definidos e associados à otimização de escolhas entre diferentes opções de políticas públicas [...] (Ribeiro, 2012, p. 92).

Nesta conjuntura, o institucionalismo histórico emerge como uma

perspectiva teórica historicista que examina como as instituições, enquanto repositórios de princípios, normas e valores, moldam a conduta humana ao longo da evolução das sociedades e do tempo. É importante ressaltar, no entanto, que essa abordagem é reconhecida pela sua natureza eclética, uma vez que permite a incorporação de diversos campos do saber, perspectivas e teorias que se adequam para analisar os diversos matizes das organizações e seu impacto na esfera política e social. Dentro desse leque de abordagens teóricas, o institucionalismo histórico contrasta com a teoria do materialismo histórico. Neste contexto, essa teoria, concebida por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, postula que a trajetória da sociedade é determinada pelas condições materiais de convivência que emergem das relações de produção entre classes sociais distintas. Enquanto isso, no institucionalismo histórico, a ênfase recai sobre o papel desempenhado pelas instituições políticas, sociais, culturais, econômicas e legais na construção da narrativa histórica e da estrutura da sociedade. Isso implica que essas organizações são reconhecidas como orientações formais e informais que moldam o comportamento humano e exercem influência na obtenção de resultados sociais, conforme descreve Peres (2008, p. 64), “com efeito, a estruturação do comportamento pelas instituições se daria pelos mais diversos mecanismos, tanto formais como informais”. Assim, o institucionalismo histórico difere do materialismo histórico, já que prioriza o destaque dado às instituições em detrimento das classes sociais, como enfatizado por Nascimento (2009),

Sua principal preocupação é a história de instituições particulares sob uma conjuntura histórica particular. Todavia, institucionalistas históricos não consideram que as instituições sejam os únicos fatores que influenciam na vida política. Esta abordagem visa situar as instituições numa cadeia causal que deixe também espaço para outros fatores, em particular, os desenvolvimentos sócio-econômicos e a difusão de ideias (Nascimento, 2009, p. 113).

Nesse contexto, essa perspectiva mantém uma forte conexão com análises no domínio da economia e do direito. Dessa forma, o institucionalismo econômico está intimamente ligado a uma corrente de pensamento cujo objetivo primordial é elucidar e interpretar o comportamento dos agentes econômicos à luz das instituições que permeiam seu entorno. É destaque relevante que essa linha de pensamento surge nos Estados Unidos no início do século XX, apresentando uma

abordagem destinada a compreender o papel e a significância das organizações na formação das escolhas econômicas dos atores, em decorrência de suas interações com o contexto institucional circundante, conforme apontado por Nascimento (2009),

[O] Velho Institucionalismo: está baseado, principalmente, no paradigma econômico neoclássico, na economia de atores egoístas, racionais e em síntese, maximizadores. Os principais antecedentes deste tipo de institucionalismo procuravam dar conta da maneira com que as instituições, enquanto direitos de propriedade, modelavam a vida econômica. E dessa maneira, derrubavam por terra os ideais de mercados livres, mostrando que a realidade é dominada por grupos que têm o poder de modelar os resultados do mercado (Nascimento, 2009, p. 114).

Deste modo, para o institucionalismo histórico, as instituições surgem como formas procedimentais que estabelecem um conjunto de princípios, regras e normas, de modo formal e informal, como característica do que lhe é inerente, constituindo uma natureza própria que se apresenta como um ente aderente à estrutura organizacional da sociedade em seus diferentes aspectos, como histórico, econômico, social e político. Neste sentido, vale ressaltar que esta corrente do neoinstitucionalismo busca compreender como os agentes econômicos interagem em relação às tomadas de decisões e como o resultado do mercado é determinado, visando uma melhor compreensão do funcionamento da economia e possíveis melhorias nas políticas econômicas por meio de ações estratégicas com o objetivo de maximizar os interesses das instituições e de seus agentes, conforme Ribeiro (2012) apud Hall e Taylor (2003, p. 196),

A identificação da estruturação, manutenção e adaptação das instituições ao longo de maiores períodos leva a escola do institucionalismo histórico para o campo do idealismo. Assim, para a abordagem histórica, as instituições emergem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não que se mostram como inerentes à estrutura organizacional da comunidade política (Ribeiro, 2012, p. 92).

Nessa condição, o institucionalismo histórico se diferencia das suas correntes institucionais, nomeadamente a racionalista e a sociológica, devido à sua natureza multifacetada. Isso ocorre devido à incorporação de diversas perspectivas teóricas, que enriquecem a análise e se tornam mais específicas, levando em consideração as interações entre instituições, contextos históricos e processos de tomada de decisão política. A razão fundamental dessa diferenciação reside na

abordagem única que o institucionalismo histórico adota para entender as instituições e seu impacto na política e na sociedade.

Assim, esta vertente do institucionalismo se diferencia de suas correntes irmãs por sua abordagem holística, que valoriza a história, a narrativa e a complexidade na análise das instituições e seus efeitos na política e na sociedade. Ele busca compreender como as instituições são moldadas pelo contexto histórico e como, por sua vez, influenciam o comportamento humano. Nesse sentido, conforme destacado por Mesquita e Shima (2017),

O institucionalismo histórico tem como abordagem fundamental uma perspectiva configuracional que não obriga a privilegiar nenhum ator, posição ou processo específico a priori, mas prioriza a estrutura de relações entre instituições e atores, sejam elas de qualquer natureza. Para a autora, a inter-relação entre instituições e formação de grupos é um tema central no contexto do neo-institucionalismo histórico, já que aborda diretamente a questão de como os atores e seus interesses se constituem historicamente (Mesquita; Shima, 2017, p. 18).

Assim, o institucionalismo histórico abrange uma ampla gama de abordagens em seu escopo, que engloba a análise de trajetórias históricas, teoria dos jogos, perspectivas sociológicas, econômicas e culturais. Entretanto, este institucionalismo se destaca por certos aspectos distintivos, notadamente pela sua ênfase na análise temporal e nos mecanismos de tomada de decisão. Conseqüentemente, o institucionalismo histórico não vincula as organizações que surgem em uma sociedade diretamente às condições materiais, ao contrário do materialismo histórico. Em vez disso, consideram essas organizações como produtos de sua própria autonomia e identidade em moldar as preferências e ações de diversos atores sociais. Essas instituições desempenham um papel central nas configurações institucionais, resultantes de processos históricos e coletivos que se desdobram ao longo do tempo, enraizados em contextos específicos e moldados por procedimentos decisórios, conforme destacado por Nascimento (2009),

A questão distintiva desta perspectiva está na tentativa de agregar a análise uma dimensão temporal, interpretando como o passado incide sobre o presente e o futuro, sem perder de vista que indivíduos são dotados de escolhas. Ao invés de basear seus cenários sobre a liberdade dos indivíduos, o institucionalismo histórico prefere modelar um mundo onde as instituições conferem a certos grupos um acesso desproporcional sobre o processo de decisão (Nascimento, 2009, p. 113).

Nesse contexto, o institucionalismo histórico baseia-se no paradigma que descreve um cenário onde as instituições conferem a diversos atores um acesso desigual ao processo de tomada de decisão. Essa perspectiva sustenta que as organizações têm a responsabilidade de gerenciar os conflitos originados pela interação entre o aumento da indiferença na usabilidade e a disparidade de poder. Dessa forma, podemos destacar vários aspectos fundamentais dessa relação que impõem sobre a instituição esse importante papel de mediar as relações de poder a partir de uma lógica que possibilite o equilíbrio e a estabilidade, a questão da produtividade e desempenho, bem como seus objetivos organizacionais e seus aspectos éticos, entre outros. Portanto, essa abordagem argumenta que o gerenciamento de conflitos é crucial para o bom funcionamento e a eficácia das organizações, garantindo um ambiente de trabalho mais harmonioso, produtivo e ético. Neste sentido, esta perspectiva contrasta com a maneira pela qual o institucionalismo sociológico e o institucionalismo da escolha racional encontram soluções para os desafios do progresso. Por essa razão, o institucionalismo histórico influencia a autonomia dos agentes, estabelecendo sua própria independência como mediador desses conflitos, conforme Théret (2003),

A essas questões, o institucionalismo histórico responde afirmando que a instituição funciona como uma maneira de regular conflitos inerentes ao desenvolvimento da diferenciação de interesses e à assimetria de poder, o que contrasta com a postura do institucionalismo sociológico e do institucionalismo da escolha racional, que a vêem como uma solução para problemas de coordenação. No institucionalismo histórico o papel da ação individual dissolve-se na "teia de significados" (Geertz, 1989) da cultura, dos valores e das referências que, por fim, acabam por se representar nas instituições e nas próprias leituras cognitivas ou não que os agentes fazem dessas instituições. A teoria da escolha racional, por sua vez, afirma que indivíduos iguais têm preferências dadas, cujos problemas referem-se simplesmente à coordenação de ação, até porque a otimização racional do comportamento exige que se encontre uma solução para ela (Théret, 2003, p. 229; Ribeiro, 2012, p. 98).

Dentro dessa abordagem, as organizações são percebidas como elementos cruciais que direcionam e modelam a vida e decisões dos atores políticos em uma sociedade, considerando os aspectos temporais e espaciais que a cercam. Neste sentido, como destaca Andrews (2005, p. 277), "O problema de determinar as normas substantivas para julgar os processos políticos e seus resultados é, portanto,

uma questão central para a teoria institucionalista". Dessa forma, são essas instituições que moldam as interações que se desenvolvem na sociedade em uma variedade de contextos decisórios, estabelecendo diferentes níveis de influência que orientam as atitudes dos agentes em relação às suas expectativas, como também observado por Andrews (2005), apud Hall e Taylor, (1996),

As instituições estruturam tais interações, influenciando a abrangência e sequência das alternativas na agenda de escolhas ou fornecendo informações e mecanismos de fiscalização que reduzam a incerteza sobre o comportamento correspondente dos outros e permitindo 'ganhos na troca', e assim levando os atores na direção de cálculos específicos e a resultados sociais potencialmente melhores (Andrews, 2005, p. 278 apud Hall e Taylor, 1996, p. 945).

Deste modo, o institucionalismo histórico representa uma perspectiva cujo objetivo é considerar, entender e narrar a evolução das instituições, tanto públicas quanto privadas, como influenciadores significativos nos processos decisórios e estruturais das escolhas políticas dentro de um contexto histórico, econômico, social e político. Dentro dessa abordagem, as organizações são percebidas como elementos cruciais que direcionam e modelam as vidas e decisões dos atores políticos em uma sociedade, considerando os aspectos temporais e espaciais que a cercam. Neste sentido, como destaca Andrews (2005, p. 277),

O institucionalismo histórico se localiza em uma posição intermediária entre as outras duas abordagens, ou seja, essa perspectiva se localiza entre "a abordagem de escolha racional versus a da interpretação sociológica, ou a [abordagem] do 'cálculo' versus a da 'cultura". Segundo a autora, os estudos desenvolvidos por institucionalistas históricos costumam se alinhar a uma ou outra corrente (Andrews, 2005, p. 277 apud Immergut, 1998:28).

Nesse contexto, o institucionalismo histórico se destaca como uma influente perspectiva no campo da ciência política contemporânea. Seu objetivo é analisar as características políticas sob uma lente institucional, que abrange regras, normas e práticas. Esses elementos orientam o comportamento dos atores e as dinâmicas de poder na sociedade, moldando a origem, existência e identidade das instituições, como apontado por Romagnoli (2020).

[...] o neoinstitucionalismo histórico possui a preocupação de construir análises pautadas no contexto político, social e histórico. Esta abordagem

vai além da concepção presente na teoria da escolha racional, onde as instituições dão forma às estratégias dos indivíduos, mas também condicionam suas preferências e metas. [...] Já para os neoinstitucionalistas históricos as preferências são endógenas, sendo construídas social e politicamente no bojo dos processos sob estudo (Romagnoli, 2020, p. 4-5, apud Marques, 1997).

O institucionalismo histórico concentra-se em compreender profundamente a relevância e função das instituições. Ele busca elucidar a origem das estruturas e mecanismos que orientam suas mudanças e sua capacidade de perdurar ao longo do tempo. Essa análise leva em conta diversos contextos históricos, econômicos, políticos e sociais como fatores cruciais que moldam as instituições. Ao mesmo tempo, considera como os atores políticos traçam estratégias e lidam com as contingências que afetam o processo de tomada de decisões políticas.

O objetivo desta seção foi apresentar conceitos fundamentais para uma compreensão mais aprofundada do institucionalismo histórico como uma área interdisciplinar na pesquisa em ciência política. Essa abordagem fornece um amplo conjunto de conhecimentos para analisar detalhes políticos e sua interconexão com as instituições, que são uma parte essencial de seu escopo de estudo.

A abordagem do neoinstitucionalismo histórico destaca a importância de entender a diversidade e a evolução das instituições ao longo da história, levando em conta contextos específicos. Ela se concentra nas dinâmicas estratégicas entre os agentes, influenciadas pelas instituições, que exercem controle por meio de mecanismos coercitivos no processo decisório.

No entanto, vale destacar que a análise histórica se constitui como um elemento essencial neste contexto teórico do neoinstitucionalismo, possibilitando elucidar os mecanismos determinantes que influenciam a política, as decisões políticas e suas escolhas, sem estabelecer uma relação direta com o determinismo institucional. Este último pode ser compreendido como resultado dos conflitos políticos como parte de interações sociais que dialogam com aspectos sociológicos.

2.2 SOCIOLÓGICO

O neoinstitucionalismo em sua vertente sociológica surgiu a partir dos anos 70 como uma contestação à distinção tradicional em relação ao mundo social burocrático e à cultura. Alguns dos principais teóricos dessa abordagem incluem (DiMaggio; Powell, 2005; Hall; Taylor, 2003; Peres, 2008; Thelen; Steinmo, 1992; Théret, 2003), segundo Macedo e Ckagnazaroff (2018). Esses teóricos em suas perspectivas estabelecem uma distinção que estava ancorada na percepção de que as estruturas organizacionais eram resultados de uma racionalidade eficaz. No entanto, para o neoinstitucionalismo, muitas dessas formas não eram impostas apenas para a eficiência, mas como práticas culturais. Deste modo, consideram essas práticas como parte inerente às organizações a partir de seu processo de transmissão cultural, comparando-as a mitos e cerimônias, desconstruindo assim a ideia de racionalidade transcendental na organização. Essa vertente se destaca por sua forma de compreender as relações entre instituições e ação individual, destacando o "enfoque culturalista" e suas particularidades de análise (Hall; Taylor, 2003, p. 207, 208).

Neste sentido, esta vertente inclui as bases teóricas das instituições, a relação entre os atores e as micro e macroeconomias, o comportamento e a causalidade, a centralidade na coletividade e a legitimidade dos arranjos institucionais. Esta abordagem está fundamentada na teoria das organizações, as quais estabelecem formas e procedimentos institucionais como práticas que são incorporadas e possibilitam a constituição de uma cultura. Portanto, nosso objetivo é definir o lugar desta teoria na produção do conhecimento científico por meio da sistematização da ciência política. Nesse sentido, conforme aponta Nascimento (2009),

Nos últimos cinquenta anos, uma renovada atenção tem sido direcionada às instituições por parte da ciência política. Este esforço em enfatizar a importância das instituições, sucintamente expressada no slogan "as instituições importam", está associada a uma escola conhecida como novo institucionalismo. O novo institucionalismo tem dado primazia analítica às instituições, todavia, a nova tradição institucional está longe de representar um todo unificado, e substanciais discordâncias têm surgido acerca dos rumos que a análise institucional deve tomar (Nascimento, 2009, pp. 1, 2).

No entanto, a teoria das instituições, em suas distintas vertentes, tem como finalidade reconhecer o papel e a importância que as organizações desempenham no processo de institucionalização da sociedade. Conseqüentemente, atribui a essas instituições uma natureza que lhes é própria, reconhecendo como elas passam a influenciar e serem influenciadas por diferentes atores. Neste sentido, Contrera (2021, p. 31) afirma que “As preferências individuais são construídas socialmente, por intermédio das instituições. Tanto os indivíduos quanto as instituições procuram definir e manifestar suas identidades de acordo com modos socialmente apropriados” Assim, podemos considerar que a dinâmica do neoinstitucionalismo sociológico está intrinsecamente relacionada também com os aspectos culturais, como conceito integrante do próprio institucionalismo, como afirmam Théret (2003),

O enfoque cultural, privilegiado pela teoria das organizações (na base do institucionalismo sociológico), enfatiza, ao contrário, a dimensão rotineira do comportamento e o papel desempenhado pela visão de mundo do ator na interpretação de situações. Nesse caso, as instituições corresponderiam aos “planos morais e cognitivos de referência sobre os quais são baseadas a interpretação da ação”. Nesse caso, as instituições corresponderiam aos “planos morais e cognitivos de referência sobre os quais são baseadas a interpretação da ação” (Théret, 2003, p. 228).

Entretanto, a perspectiva do institucionalismo sociológico busca compreender como as interações dos indivíduos passam a ser constituídas. Deste modo, podemos considerar que a teoria das instituições possui amplo potencial para exercer influência em diferentes campos de análise, devido à sua relevância na organização da sociedade. Isso ocorre porque não há sociedade sem instituições em seu sentido mais restrito, ou seja, um conjunto de princípios, regras, normas e procedimentos que garantem a funcionalidade das organizações como resultado das interações dos indivíduos, que têm como um dos seus fundamentos sua capacidade de condicionar e legitimar suas ações, bem como as dos indivíduos, conforme descrito por Andrews (2005),

Se as abordagens básicas do Novo Institucionalismo têm em comum a idéia de que instituições condicionam o comportamento de indivíduos, cada uma delas possuirá um conceito de instituição bastante distinto. Por outro lado, o institucionalismo ... reconhece a base comunicativa na formação de instituições... O institucionalismo sociológico, por sua vez, concebe a instituição como sendo construída pela interação dos atores sociais que

elaboram normas de conduta às quais se submetem por reconhecê-las como legítimas (Andrews, 2005, p. 281).

Neste sentido, a perspectiva sociológica na ciência política concentra-se nas estruturas e processos institucionais para compreender o comportamento político e a tomada de decisões. Deste modo, esta perspectiva considera o indivíduo como um ser reflexivo, as instituições como um conjunto de normas e valores inseridos em um determinado contexto, como elementos essenciais que influenciam tanto as decisões dos indivíduos quanto das organizações. Ela está vinculada aos resultados das interações que os atores estabelecem com as entidades e, conseqüentemente, estabelecem uma relação de interesse político como expressão de seu aspecto exógeno, conforme afirmado por Troiano e Riscado (2016),

Em um primeiro momento, ocorre um mecanismo exógeno de constrangimento das instituições sob os indivíduos. Como por exemplo, regras de convívio em sociedade. Essas normas, ao longo do tempo, são internalizadas pelos atores como um leque de possibilidades de atuações, moldando, a posteriori, suas preferências (Troiano; Riscado, 2016, p. 118).

Deste modo, a abordagem sociológica tem como fundamento a teoria das organizações, que busca analisar o papel que as instituições desempenham no funcionamento dessas entidades. Nesse sentido, as instituições apresentam distintos elementos, como sistemas simbólicos, como afirma Mósca Silva e Bastos (2006, p. 43), “esse enfoque tende a redefinir a cultura como sinônimo de instituições, aproximando-se de uma concepção que considera a cultura como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento”. E aspectos cognitivos e normas, que possibilitam orientar o modo de ser e a interação social dos atores na sociedade. Assim, a organização, por meio desses aspectos, constitui sua credibilidade, cultura e identidade a partir de seu contexto social, político e cultural, como afirma Romagnoli (2020),

Já o neoinstitucionalismo sociológico apresenta uma definição mais abrangente do conceito de instituição. Não se baseia apenas em conjuntos de regras e procedimentos formais, mas também em dimensões sociais e culturais, ou seja, os costumes, modelos morais, simbólicos também são considerados importantes no processo de constrangimento da ação estratégica do indivíduo. Não se trata apenas de um cálculo racional, mas também da busca da própria legitimidade frente aos seus membros (Romagnoli, 2020, p. 4 apud Hall; Taylor, 2003).

Neste sentido, a questão da legitimidade é um conceito central para o institucionalismo sociológico. Considerando que a atuação das organizações está vinculada a essa premissa, que tem por finalidade estabelecer uma justificativa para sua própria atuação em relação a diferentes atores que delas participam, como afirma Andrews (2005, p. 295), "a legitimidade não pode ser criada por instituições, mas sim pela sociedade, que é construída pela ação e reflexão humana". Deste modo, a credibilidade está acima de qualquer aparato tecnológico, contexto e simbolismo na organização, tendo em vista que esse aspecto está relacionado, de certa forma, à aceitação e credibilidade proporcionadas na relação entre indivíduos e instituições, como menciona Ribeiro (2012, p. 114), "nesse sentido, esta tradição procura explicar a dimensão interativa e criativa do processo pelo qual as instituições são socialmente construídas e o que confere a legitimidade aos arranjos institucionais".

No entanto, embora as ações das organizações estejam ancoradas em um conjunto de princípios, normas, crenças e valores socialmente aceitos, com o objetivo de garantir a funcionalidade de um sistema organizacional, constituindo assim uma cultura e identidade que proporciona aos participantes que nela atuam um significado de pertencimento. Neste sentido, vale ressaltar um destaque importante sobre a legitimidade, segundo Romagnoli (2020) apud Hall e Taylor (2003),

Não se baseia apenas em conjuntos de regras e procedimentos formais, mas também em dimensões sociais e culturais, ou seja, os costumes, modelos morais, simbólicos também são considerados importantes no processo de constrangimento da ação estratégica do indivíduo. Não se trata apenas de um cálculo racional, mas também da busca da própria legitimidade frente aos seus membros (Romagnoli, 2020, p. 4).

Desta maneira, a legitimidade das organizações em uma perspectiva sociológica está relacionada à sua capacidade de exercer influência proporcional sobre distintos atores em uma dimensão em que os arranjos organizacionais sejam socialmente aceitos, incluindo seus diversos aspectos, como afirmam (Hall; Taylor, 2003, p. 209-211), "Os estudiosos dessa corrente defendem que as instituições mudam suas práticas constantemente para tornarem sua legitimidade perante a sociedade mais forte". Neste sentido, a legitimidade, embora seja um elemento central no institucionalismo sociológico, apresenta perspectivas relevantes em sua

natureza organizacional. Um desses enfoques é a regulação, que é considerada um mecanismo que proporciona a credibilidade organizacional quando busca regularmente cumprir um conjunto de princípios, normas e procedimentos que possibilitam sua funcionalidade, como afirma Conceição, (2000, p. 29), "Em qualquer sistema social, há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, exigindo constante reavaliação de comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes". Deste modo, a regulação é parte integrante do sistema, indicando, em outras palavras, um certo nível de regularidade como resultado do aspecto normativo. Ou seja, são princípios, normas e valores que estabelecem como a organização deve funcionar, conforme descreve Andrews, (2005, p. 281), "para o institucionalismo sociológico, esses são compreendidos como referenciais normativos legitimados pelos atores sociais". São esses elementos que orientam e analisam os meios necessários para que a organização alcance seus objetivos. No entanto, a regulação e a normatividade são entendimentos comuns em relação à necessidade da cultura cognitiva, como uma particularidade que deve orientar os modelos necessários para que as instituições possam ser consideradas legítimas a partir dos padrões estabelecidos, como afirma Nascimento, (2009),

O institucionalismo sociológico origina-se da teoria da organização e, conseqüentemente, tem muito pouco de racionalismo e voluntarismo. O foco é sobre a rotinização de efeitos psicológicos das estruturas culturais. Institucionalistas sociológicos argumentam que o que você sustenta (preferências, interesses, posições e finalmente, a ação) usualmente, depende do ambiente normativo e dos modelos cognitivos prevaletentes naquela sociedade. Neste sentido, o institucionalismo sociológico está longe de ser compatível com as hipóteses da escolha racional (Nascimento, 2009, pp. 116, 117).

Portanto, o institucionalismo sociológico busca compreender o processo de constituição das instituições que possibilita sua existência e organização, proporcionando a diferentes atores em distintos campos cultural, social e político uma interatividade capaz de criar uma identidade com modelos socialmente aceitos pela sociedade. Nesse contexto, o institucionalismo sociológico envolve uma dinâmica na qual tanto os indivíduos quanto as instituições estabelecem uma conexão de significados que simboliza um senso de identidade compartilhada por esses agentes. Por sua vez, cria uma influência indireta que molda as ações dos atores em várias áreas de suas vidas, sob diferentes

perspectivas. Refletindo uma abordagem sociológica que concentra sua atenção nas circunstâncias e potenciais do tecido social como o âmbito primordial de investigação. Essa abordagem estabelece uma conexão íntima entre as pessoas e sua habilidade de interagir, inovar e influenciar, considerando esses elementos como pilares cruciais para a legitimidade das ações institucionais, como afirma Romagnoli (2020) apud Hall e Taylor (2003),

[...] O neoinstitucionalismo sociológico apresenta uma definição mais abrangente do conceito de instituição. Não se baseia apenas em conjuntos de regras e procedimentos formais, mas também em dimensões sociais e culturais, ou seja, os costumes, modelos morais, simbólicos também são considerados importantes no processo de constrangimento da ação estratégica do indivíduo. Não se trata apenas de um cálculo racional, mas também da busca da própria legitimidade frente aos seus membros (Romagnoli, 2020, p. 4).

Desta forma, o institucionalismo sociológico procura compreender o processo de surgimento das instituições que dão origem às organizações. Estas possibilitam aos diversos atores nos domínios cultural, social e político a oportunidade de participar de interações que moldam uma identidade com modelos socialmente aceitos pela sociedade.

Sendo assim, o institucionalismo sociológico abarca uma relação que permite tanto aos atores quanto às instituições uma troca de significados que expressa um senso de conexão e pertencimento com esses indivíduos e, como resultado, estabelece uma influência que orienta suas ações em várias facetas de suas vidas. Isso representa uma abordagem sociológica focada nas circunstâncias e potencialidades do tecido social como seu campo de estudo central.

Por isso, o neoinstitucionalismo apresenta um contraste profundamente ancorado na sociedade que permeia uma infinidade de possibilidades no que se refere ao campo de investigação em uma dimensão interdisciplinar. Neste sentido, esta abordagem estabelece conexões como uma forma clara de apresentar sua centralidade no estudo da sociedade e seus fenômenos.

Portanto, compreender a ênfase de cada abordagem e relacioná-la de forma objetiva, é possibilitar à teoria neoinstitucional o reconhecimento da importância que alguns destes aspectos têm para a construção do conhecimento científico no campo da ciência política. Neste sentido, podemos destacar, por

exemplo, que o foco principal da análise histórica está nas instituições como produtos de processos históricos; no entanto, as instituições também são consideradas pela perspectiva sociológica, onde a ênfase está nas interações culturais e sociais que moldam as instituições. Essas também são elementos de análise para a abordagem da escolha racional, que enfatiza o comportamento racional dos atores e sua busca por maximizar seus interesses pessoais, considerando as instituições como meios para alcançar objetivos individuais. Neste sentido, a finalidade estabelecida na relação entre atores e instituições está vinculada a uma perspectiva que lhes proporcione, em certa medida, um nível de segurança que lhes permita identificar e solucionar as possíveis incertezas que os diferentes cenários lhes impõem enquanto atores que necessitam mensurar ações estratégicas para alcançar seus interesses, como sugere Hall e Taylor (2003),

Desse modo, os teóricos do institucionalismo sociológico sustentam que, uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e de reagir a ela, e que os cenários ou modelos inerentes ao mundo da instituição lhe oferecem os meios de resolver uma e outra dessas tarefas, não raro de modo relativamente simultâneo. A relação que liga o indivíduo e a instituição repousa portanto sobre uma espécie de "raciocínio prático" pelo qual, para estabelecer uma linha de ação, o indivíduo utiliza os modelos institucionais disponíveis ao mesmo tempo que os confecciona. (Hall e Taylor, 2003, p. 210).

Ainda neste sentido, podemos destacar que, para os institucionalistas é necessário considerar os distintos tipos de instituições que norteiam os modos operantes em que os atores políticos estabelecem seus interesses, constituindo uma estrutura que lhes possibilita estabelecer relações de poder que favoreçam uma ampla relação com distintos grupos de interesse. Isso inclui diferentes dimensões institucionais, como as "regras da competição eleitoral, a estrutura do sistema partidário, as relações entre os diversos setores do governo e a estrutura e organização de atores econômicos, como sindicatos". (Peres, 2008, p. 64 apud Steinmo et al.: (1997, p. 2).

Portanto, o neoinstitucionalismo está diretamente vinculado ao conjunto de instituições sociais e estatais que exercem influência em aspectos que determinam a forma como os atores políticos estabelecem seus interesses, constituindo assim elementos importantes nessa relação, como interesses, relações de poder, comportamento político e mudanças institucionais.

3 ESCOLHA RACIONAL

Segundo Shapiro, (2002), as especulações em relação à teoria do neoinstitucionalismo da escolha racional têm suas primeiras evidências a partir da publicação de "Social Change and Individual Values" por K. Arrow em 1951. Esta abordagem teve seus primeiros passos por volta da década de 50 e início dos anos 60, ainda sendo pouco conhecida em comparação com a análise behaviorista e institucional predominante na ciência política. Ainda na década de 1950, essa abordagem tornou-se quase invisível. No entanto, quatro décadas depois, ela se tornou proeminente. (Shapiro, 2000, p. 169).

Esta teoria tem como objetivo elucidar como as instituições influenciam as decisões políticas, os resultados coletivos e as possibilidades de mudanças nessas organizações. Esta abordagem tem como alguns dos principais teóricos (Hall; Taylor, 2003; Théret, 2003; Thelen; Steinmo, 1992; Ostrom, 2007), segundo Macedo e Ckagnazaroff (2018). Os elementos teóricos do institucionalismo da escolha racional na construção do conhecimento científico em ciência política visa compreender como as ações racionais dos atores políticos moldam as organizações políticas, com a finalidade de maximizar seus interesses pessoais. Assim, as principais abordagens metodológicas no debate sobre o neoinstitucionalismo em Ciência Política incluem a pesquisa qualitativa, estudos comparativos de casos, análise de políticas públicas e formulação de modelos formais. Neste sentido, Chechi e Grisa (2019) destacam que,

Ainda, [...] considerando o ciclo da política pública (Jann; Wegrich, 2007), os autores da NEI e neo-institucionalismo da escolha racional contribuiriam, principalmente, na discussão das etapas de formação de agenda e formulação da política, envolvendo processos onde os agentes precisam reconhecer os problemas, delimitar as causas e os meios para solucioná-los. Nesse sentido, a racionalidade dos policy makers prevaleceria na seleção de prioridades e tomada de decisão de instrumentos eficientes (Chechi; Grisa, 2019, p. 8).

Consequentemente, na Ciência Política, a análise formal e a modelagem matemática representam as abordagens mais amplamente adotadas pela teoria da escolha racional no contexto do novo institucionalismo. Dentro desse contexto, a teoria da escolha racional no âmbito desta perspectiva emprega a análise formal e a modelagem matemática como ferramentas essenciais para

desenvolver modelos explicativos do comportamento dos atores políticos em diversos cenários institucionais, levando em consideração os obstáculos e incentivos que eles enfrentam. Essas restrições e incentivos abrangem a disponibilidade de dados quantitativos, a capacidade de traduzir processos políticos complexos em equações e a necessidade de adotar simplificações para viabilizar os modelos. Como afirma Souza (2006),

Isso porque, como já argumentado anteriormente (Souza, 2003), analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar o “governo em ação”, razão pela qual nem sempre os pressupostos neoinstitucionalistas se adaptam a essa análise. Ademais, os procedimentos metodológicos construídos pelas diversas vertentes neo-institucionalistas, em especial a da escola racional, são marcados pela simplicidade analítica e pela elegância, no sentido que a matemática dá a essa palavra, e pela parcimônia, o que nem sempre é aplicável à análise de políticas públicas (Souza, 2006, pp. 39, 40).

A análise formal na ciência política constitui uma abordagem que faz uso da lógica formal e da matemática para analisar e modelar fenômenos políticos. A lógica formal é um sistema de regras e princípios que regem o raciocínio válido, enquanto a matemática oferece uma linguagem que possibilita a representação quantitativa dos fenômenos políticos. Ambas são empregadas para examinar e modelar fenômenos políticos de maneira precisa e sistemática, como descreve Abel Medina (2015),

[...] El método comparado y el enfoque institucional tendrán una importante presencia para analizar los distintos fenómenos políticos. Sin rechazar el individualismo metodológico, el neoinstitucionalismo propone una visión más compleja al pensar a los actores racionales interviniendo en contextos institucionales que los afectan y exigen un tipo de racionalidad no sólo reducible a la lógica medios-fines. A su vez, el análisis de casos y la recopilación de información empírica sobre el comportamiento político tienen por finalidad comprender matrices políticas complejas compuestas por actores, reglas, formales e informales, y limitaciones contextuales (Abel Medina, 2015, p. 59).

Portanto, a modelagem matemática na ciência política consiste no processo de criar representações matemáticas de fenômenos políticos, com o intuito de aprofundar a compreensão e prever o comportamento desses fenômenos. Neste sentido, a modelagem matemática pode auxiliar na compreensão e explicação de fenômenos políticos complexos como eleições, conflitos, instituições e comportamento dos atores, por meio de representações simplificadas e abstratas

que capturam os elementos essenciais desses fenômenos, entre outros. Desta forma, a modelagem matemática oferece também, possibilidade de previsão e testes que proporcionam mensurar as potencialidades de fenômenos políticos e sociais. Estabelecendo assim, a possibilidade de uma ação interdisciplinar e integradora que possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas e metacognitiva nos estudantes e pesquisadores da ciência política como o raciocínio lógico como afirma Shapiro, (2002),

Para Jack Knight (1992, p.1063), a teoria da escolha racional "fez progredir, significativamente, a nossa compreensão do papel das instituições na vida social". Em nenhuma disciplina, segundo Gregory Kavka (1991, p.371), a expansão do modelo econômico teve "maior amplitude e sucesso que no campo da política". Kristen Monroe (1991, p.2), por sua vez, descreve a rational choice como "um dos paradigmas dominantes da ciência política e social, capaz de oferecer explicações profundas, rigorosas e parcimoniosas". Peter Abell (1992, p.203-4) encoraja os sociólogos a adotarem, também, a teoria da escolha racional para os diversos objetivos, como aqueles já obtidos, por esta abordagem teórica, na ciência política (Shapiro, 2002, p. 170).

A modelagem matemática desempenha um papel essencial na ciência política e, conseqüentemente, na sua relação com diferentes categorias de análise. Neste sentido, o neoinstitucionalismo, como categoria de análise, nos permite estabelecer uma relação harmônica com a modelagem matemática. Essa relação se torna evidente quando consideramos a teoria da escolha racional, uma abordagem que utiliza ferramentas e conceitos matemáticos para analisar fenômenos políticos, sociais e econômicos, com ênfase na relação com as instituições. Essas ferramentas permitem, quando bem aplicadas, apresentar resultados confiáveis.

Portanto, a teoria do neoinstitucionalismo da escolha racional estabelece conexões entre a abordagem matemática e sua perspectiva como elementos complementares com o objetivo único de fornecer resultados relevantes considerando sua natureza científica.

3.1 PRINCIPAIS TRABALHOS

Uma das perspectivas em maior destaque na atualidade dos estudos na ciência política é o institucionalismo da escolha racional. Neste sentido, vale reafirmarmos que a teoria do novo institucionalismo apresenta distintas perspectivas, no entanto, segundo Contrera (2021, p. 31), “todas convergem quanto ao objetivo de demonstrar que as instituições, por meio de suas regras e procedimentos formais e informais, produzem preferências e decisões”. Desta forma, nosso objetivo é investigar a origem, os conceitos, as características e o desenvolvimento teórico dessa abordagem, fundamentando-nos nas contribuições de diversos teóricos que se dedicaram a esse campo de estudo. Assim, temos como propósito, analisar o impacto dessa teoria no avanço do conhecimento científico, por meio de sua integração à disciplina da ciência política.

Deste modo, destacamos que, a base epistemológica da racionalidade aqui tratada não está fundamentada em aspectos filosóficos que se baseiam em uma abordagem do racionalismo cartesiano, que enfatiza a primazia da razão na construção do conhecimento por meio de métodos racionais e argumentação crítica como instrumento para chegar a uma consolidação incontestável. Portanto, a racionalidade da teoria da escolha racional abordada aqui se concentra no estudo de questões políticas e sociais. (Baert, 1997, p. 2,3).

Neste sentido, a teoria da escolha racional na ciência política pode ser definida como uma ciência normal, respaldada pela aplicação de métodos que a moldam a partir do paradigma neo-institucionalista. Deste modo, esta abordagem busca responder a questões políticas e sociais, com ênfase na ideia de que "instituições importam" na análise e construção dos resultados políticos. Isso é sustentado por pesquisas que incluem análises estatísticas avançadas e métodos comparativos, incorporando abordagens de outros campos das ciências sociais. Esse desenvolvimento resulta em maior sofisticação analítica e metodológica, com o objetivo de compreender a mudança no comportamento político dos indivíduos na relação com as instituições. Isso é visto, em certa medida, como uma "revolução científica" na ciência política, como afirma Pires (2008),

Diante desse fato, é possível concluir, de acordo com a perspectiva de Kuhn (1962), que a maioria das pesquisas empreendidas pelos cientistas políticos

no contexto atual é uma atividade de “ciência normal” no âmbito do paradigma neo-institucionalista; atividade esta voltada à resolução de “quebra-cabeças” empíricos e metodológicos. Com efeito, é em torno desse paradigma que se movimenta e se organiza a comunidade desse campo científico, fazendo avançar o conhecimento acerca dos fenômenos políticos no interior de seu próprio sistema cosmológico. Este, por sua vez, abrange os fundamentos ontológicos e epistemológicos da abordagem neo-institucionalista, cuja premissa básica é a idéia de que, para usar expressões consagradas, as “instituições importam” decisivamente na produção dos resultados políticos (Pires, 2019, p.54).

O neoinstitucionalismo estabelece objeções ao behaviorismo e ao antigo institucionalismo, mas a perspectiva neoinstitucionalista relaciona e considera aspectos dessas abordagens. Assim, a nova abordagem coloca as instituições como elementos essenciais para a análise, resolvendo paradoxos teóricos. No entanto, o individualismo metodológico se mantém com o objetivo de analisar as ações estratégicas dos atores políticos e suas motivações, que passam a ser limitadas por regras institucionais. Nesse sentido, conforme Peres (2008),

Seja como for, a idéia básica que serve de núcleo epistemológico e metodológico das análises atuais acerca dos fenômenos políticos é a de que os atores respondem estratégica ou moralmente a um conjunto de regras formais ou informais que são circunscritas às instituições. Estas, moldam, condicionam ou induzem os atores a agirem e a decidirem de determinada maneira e acabam, assim, explicando grande parte do que ocorre na dinâmica da política (Peres, 2008, p. 65).

Deste modo, o institucionalismo da escolha racional pode ser conceituado, conforme proposto por Baert (1997, p. 2) como, “A teoria da escolha racional é definida como a teoria sociológica que se propõe a explicar o comportamento social e político assumindo que as pessoas agem racionalmente”. Essa abordagem busca esclarecer como indivíduos e grupos dentro de uma sociedade realizam escolhas em diversos contextos econômicos e sociais. Seguindo esse método analítico, os indivíduos conduzem suas ações de forma racional, com o objetivo de maximizar os benefícios e minimizar os custos com base em suas preferências e necessidades pessoais. Nesse contexto, Ribeiro (2012) observa que,

Na perspectiva da escolha racional as instituições são compreendidas a partir de duas interpretações. Inicialmente, as instituições são apreendidas como regras ou estruturas de um jogo: definem os atores que participam do jogo, suas possibilidades de ação estratégica, as informações necessárias

para a tomada de decisão desses atores bem como o resultado das escolhas individuais dos atores, ou seja, a escolha social (Ribeiro, 2012, p. 95).

Assim, as ações estratégicas se fundamentam em um conjunto de informações que oferecem aos indivíduos diversas opções de escolha. Nessa perspectiva, a escolha racional se baseia na influência exercida pelas instituições sobre os indivíduos, direcionando-os a estabelecerem suas preferências de forma organizada e coerente. No entanto, essa abordagem analítica tem origem no campo da economia, com o objetivo de orientar comportamentos tanto econômicos quanto sociais. Nesse contexto, conforme aponta Nascimento, 2009,

No paradigma econômico neoclássico, na economia de atores egoístas, racionais e em síntese, maximizadores. Os principais antecedentes deste tipo de institucionalismo procuravam dar conta da maneira com que as instituições, enquanto direitos de propriedade, modelavam a vida econômica. E dessa maneira, derrubavam por terra os ideais de mercados livres, mostrando que a realidade é dominada por grupos que têm o poder de modelar os resultados do mercado (Nascimento, 2009, p. 114).

Assim, o institucionalismo da escolha racional encontra suas raízes nos princípios econômicos do pensamento neoclássico, que emergiram no final do século XIX, estabelecendo uma conexão entre a aplicação da matemática e a análise marginal para examinar as ações dos agentes econômicos. De acordo com essa perspectiva, o institucionalismo econômico é influenciado pelo princípio da propriedade e, por conseguinte, pelas entidades que dominam o mercado, contestando, assim, a noção de mercados completamente livres. Conforme ressalta Nascimento, (2009),

[O] Velho Institucionalismo: está baseado, principalmente, no paradigma econômico neoclássico, na economia de atores egoístas, racionais e em síntese, maximizadores. Os principais antecedentes deste tipo de institucionalismo procuravam dar conta da maneira com que as instituições, enquanto direitos de propriedade, modelavam a vida econômica. E dessa maneira, derrubavam por terra os ideais de mercados livres, mostrando que a realidade é dominada por grupos que têm o poder de modelar os resultados do mercado (Nascimento, 2009, p. 114).

Nesse contexto, o institucionalismo da escolha racional está

intrinsecamente ligado à compreensão de que os fatores determinantes e modeladores do mercado e de seus resultados estão relacionados ao conjunto de indivíduos que detêm os recursos necessários para influenciá-lo. Dessa maneira, o institucionalismo da escolha racional empreende uma análise da vida política de indivíduos e grupos, com base nas consequências das escolhas estratégicas adotadas por sujeitos diversos que são considerados racionais. Estes buscam otimizar suas escolhas com base em um conjunto de princípios e regulamentos que lhes são impostos, como mencionado por Andrews, (2005, p. 281), "Para o institucionalismo de escolha racional, a instituição possui um caráter externo, impondo sobre os atores sociais restrições ao comportamento a partir de fora, assim como se dá na perspectiva hobbesiana".

Dessa forma, essa perspectiva se diferencia de outras abordagens, inclusive do próprio novo institucionalismo, ao enfatizar a relevância e o papel das instituições como dispositivos capazes de regular e influenciar o comportamento de indivíduos e grupos de interesse, conforme apontado por Andrews, (2005, p. 277), "Além disso, a legitimidade de fato das instituições não pode ser estabelecida em termos teóricos, mas apenas pela prática, ou seja, pela deliberação intersubjetiva de atores sociais cujos projetos de vida são afetados pelas instituições". Essa abordagem rejeita a ideia de que a vida política desse sujeito é um resultado de escolhas e estratégias fundamentadas em diversos fatores, como cultura, história e comunicação. No entanto, esses fatores são explorados como alternativas de análise em uma perspectiva do neoinstitucionalismo que reconhece sua influência nas decisões políticas de indivíduos e grupos, como destacado por Théret, (2003),

O enfoque de cálculo, presente apenas no institucionalismo da escolha racional, enfatiza o caráter instrumental e estratégico do comportamento. Nessa perspectiva, as instituições têm sobre o comportamento do indivíduo o efeito de reduzir a incerteza em relação a como será a ação dos outros. O enfoque cultural, privilegiado pela teoria das organizações (na base do institucionalismo sociológico), enfatiza, ao contrário, a dimensão rotineira do comportamento e o papel desempenhado pela visão de mundo do ator na interpretação de situações (Théret, 2003, p. 228).

Portanto, o institucionalismo sociológico se destaca como uma abordagem que enfatiza a relevância das normas, valores, crenças e ideologias na formação das instituições que orientam as decisões políticas dos indivíduos e

grupos. Essa perspectiva reconhece que as organizações não se limitam a regras formais e estruturas organizacionais; elas englobam também símbolos, significados e rotinas que moldam a identidade e a cultura dos sujeitos envolvidos. Consequentemente, as estruturas exercem influência sobre a perspectiva de mundo dos agentes, que interpretam situações e interesses com base nas regras vigentes. Por outro lado, os participantes também têm o potencial de impactar as instituições por meio de processos de aprendizado, inovação e mudança que ocorrem na sociedade e nas próprias entidades. De acordo com (Ribeiro, 2012, p. 98), "no institucionalismo histórico, o papel da ação individual dissolve-se na 'teia de significados' da cultura, dos valores e das referências que, por fim, acabam por se refletir nas organizações e nas próprias leituras cognitivas ou não que os agentes fazem dessas instituições". Além disso, conforme observado por Nascimento, (2009),

[O] Novo Institucionalismo: representam um ressurgimento do interesse pelas instituições políticas e econômicas. Preocupam-se ainda em enfatizar que as decisões individuais (a partir de uma conduta de rational choice) não podem ser explicadas sem referência ao marco institucional mais amplo sob o qual elas estão inseridas. As instituições são vistas aqui como reduzindo os custos de transação porque faz previsível a conduta dos demais atores envolvidos (Nascimento, 2009, p. 114).

Desta forma, a teoria das instituições, com sua ênfase em elementos econômicos, conforme definida por Douglass North, concentra-se na explicação de como os componentes fundamentais das organizações contribuem para a redução dos custos de transação. Esse processo torna a conduta dos atores envolvidos mais previsível e, por conseguinte, possibilita a minimização dos custos e das incertezas associados às transações. De acordo com Costa, (2019, p. 83), "O Estado, por seu turno, logra a capacidade de promover mudanças institucionais que podem tornar uma economia mais eficiente, garantindo direitos de propriedade e reduzindo custos de transação e incertezas". Considerando essa perspectiva institucionalista, que estabelece uma ligação direta com os aspectos econômicos, podemos entender o velho institucionalismo, como indica Nascimento, (2009),

Está baseado, principalmente, no paradigma econômico neoclássico, na economia de atores egoístas, racionais e em síntese, maximizadores. Os principais antecedentes deste tipo de institucionalismo procuravam dar

conta da maneira com que as instituições, enquanto direitos de propriedade, modelavam a vida econômica. E dessa maneira, derrubavam por terra os ideais de mercados livres, mostrando que a realidade é dominada por grupos que têm o poder de modelar os resultados do mercado (Nascimento, 2009, p. 114).

Deste modo, o institucionalismo da escolha racional faz parte de diferentes vertentes do institucionalismo e, ao mesmo tempo, está relacionado com outros aspectos, como a economia das organizações, teoria da firma e teoria da ação. No entanto, é importante destacar a relevância da economia das organizações, considerando o papel importante que desempenha como arranjos institucionais que a sociedade constrói ao longo do tempo, com o propósito de alcançar objetivos comuns, como afirma Costa, (2019),

As organizações – entendidas como grupos de indivíduos unidos por um propósito comum – inserem-se como elementos dinâmicos do modelo. Ao mesmo tempo em que são influenciadas pelo ambiente institucional na qual estão inseridas, as organizações influenciam a transformação desse ambiente, ao perseguirem os seus objetivos, num processo que molda a evolução institucional da sociedade. Em síntese, se as instituições são as “regras do jogo”, as organizações são os jogadores (Costa, 2019, p. 70).

Entretanto, as organizações tornaram-se uma forma de integrar as ações de diferentes indivíduos que cooperam com o objetivo de realizarem mudanças planejadas no meio externo. Neste sentido, as organizações são agências que permitem aos indivíduos criar vínculos de significado e participação na organização por meio de atividades guiadas por regras que proporcionam a esses indivíduos uma aprendizagem que garante o funcionamento, identidade e existência da organização e das instituições em seu ambiente de atuação. Deste modo, Costa, (2019) apud North afirma que,

As instituições que determinam a dinâmica e o ritmo do crescimento econômico, destacando que as formas de cooperação e competição desenvolvidas pelos seres humanos, bem como os sistemas de aplicação das regras de organização das atividades humanas, são fundamentais para a compreensão das mudanças econômicas ao longo do tempo (Costa, 2019, p. 65).

Deste modo, o institucionalismo da escolha racional está relacionado com as instituições como resultado dos arranjos constituídos por vários indivíduos

que interagem com objetivos comuns de natureza econômica, visando maximizar ações que permitam reduzir custos de suas transações e gerar bem-estar individual como resultado da relação entre indivíduos e organizações, como descreve Nascimento, (2009, p. 100), "a fonte principal do crescimento econômico é a estrutura institucional organizacional de uma economia". Desta maneira, Costa, (2019), reitera que,

Isto significa que o desenvolvimento econômico é um fenômeno eminentemente institucional, resultante de complexas interações entre forças econômicas, políticas e culturais da qual fazem parte distintos arranjos institucionais, que conferem diferenças nas trajetórias de desenvolvimento, bem como na forma de organização das diversas organizações da sociedade (Costa, 2019, p. 68).

Portanto, o institucionalismo da escolha racional se baseia na relação entre comportamento e causalidade, implicando uma dinâmica entre os interesses dos agentes que seguem os princípios e as regras definidos pela instituição. Nessa perspectiva, a causalidade é uma dinâmica que envolve as possibilidades de interação estratégica entre sujeitos que buscam racionalmente as melhores condições para atingir seus interesses, como afirma Nascimento, (2009),

Para os institucionalistas da escolha racional, uma instituição é simplesmente um equilíbrio, isto é, um modelo regular de comportamento com expectativas mútuas sobre os cursos de ação que os atores irão tomar. O argumento principal para estes autores é que os atores perseguem interesses fazendo escolhas sob restrições. Não obstante, o institucionalismo surge como uma reação à popularidade e aos excessos do behaviorismo (Nascimento, 2009, p. 116).

Assim, esses agentes usam as condições que são institucionalmente e causalmente impostas, ou seja, a instituição como um mecanismo regulador que se sobrepõe aos atores impede a possibilidade de uma ação exógena. No entanto, a causalidade é uma condição de possibilidade para que esses indivíduos expressam uma identidade exógena, ou seja, uma ação influenciada por suas preferências individuais, que são fixas e constantes, constituindo assim uma ação de escolha racional. Segundo Ribeiro, (2012, p. 101), "para muitos institucionalistas da escolha racional, a questão mais importante não é o que as instituições são, mas o que elas representam: um equilíbrio." Deste modo, para Ribeiro, (2012) apud Shepsle, (2008,

p. 24),

Esta estrutura, como um manual de regras de um jogo, ganha dinamismo quando os atores interagem entre si, levando-se em conta suas preferências individuais as quais são exógenas, vale dizer, os modelos de escolha racional não buscam explicar a ordenação de preferências dos atores segundo a pauta de votação. As instituições são entendidas como “exogenous constraints or as an exogenously given game form” (Ribeiro, 2012, p. 95).

Neste sentido, é importante destacar que, neste jogo de interesses entre diferentes atores e suas dimensões específicas, faz-se necessário observar que existem organizações que não fazem parte do sistema de instituições vinculadas a uma determinada rede de atores. No entanto, elas exercem influência como agentes exógenos e podem estabelecer um conjunto de normas, sanções ou incentivos sobre diferentes atores, influenciando ou determinando seu comportamento e as condições de causalidade em relação às políticas de Estado. Um exemplo disso é a influência exercida pela OMS durante a pandemia de Covid-19, que estabeleceu um conjunto de ações que proporcionaram aos Estados Nacionais a capacidade de adotar medidas mais eficazes de combate à pandemia. Portanto, embora não haja uma relação de sobreposição direta nessa relação causal, a OMS exerceu influência exógena sobre esses Estados Nacionais soberanos.

Assim, ao explorar a abordagem teórica das organizações exógenas, concentremo-nos na análise das interações entre seres humanos e elementos não humanos, abrangendo uma variedade de artefatos tecnológicos e instituições dentro do contexto em que operam. Isso implica reconhecer a importância crítica da abordagem exógena para a compreensão e pesquisa das organizações, uma vez que diversos fatores externos desempenham um papel fundamental na dinâmica organizacional como afirma Peres, (2008),

Isso significa que tanto a Sociologia como a Ciência Política neo-institucionalista tomam as escolhas como unidade de análise, com a diferença de que, enquanto para a primeira as variáveis explicativas seriam exógenas à própria decisão, para a segunda, tais variáveis seriam endógenas ao processo decisório. Mas, em ambos os casos, o mecanismo articulado estabelece que, em um primeiro momento, as instituições agiriam exteriormente, restringendo/restringindo os indivíduos (Peres, 2008, p.

64).

Desta forma, uma ilustração prática desse impacto pode ser observada na crescente dependência das organizações em relação a artefatos tecnológicos, os quais exercem um controle significativo sobre várias funções organizacionais. Isso ocorre devido às demandas do mercado e às pressões dos interessados, que passam a influenciar profundamente o desempenho das organizações. Conseqüentemente, as organizações exógenas não apenas se adaptam a esses elementos não humanos, mas também se tornam influenciadoras ativas nos processos de tomada de decisão, moldando as perspectivas dos atores envolvidos e, assim, influenciando suas escolhas e decisões como afirma Fontaine, (2015),

Una institución se puede entender como una variable exógena o endógena de las interacciones sociales. Es exógena cuando impone reglas desde el exterior a los actores (North, 1990), como en los tratados comerciales, los tratados internacionales o la legislación nacional, que enmarcan una negociación en un proceso legal o normativo (Fontaine, 2015, pp. 86,87).

Nesse contexto, entretanto, vale ressaltar a importância e o papel dos artefatos não humanos que representam uma capacidade potencial para aprimorar a precisão e a eficácia das ações relacionadas a escolhas e tomadas de decisão. Eles se tornam um componente fundamental na governança e na estruturação das organizações, desempenhando um papel crítico na forma como essas organizações operam e se adaptam em um ambiente dinâmico e altamente influenciado por fatores externos como destaca Ribeiro, (2012) apud Diermeier e Krehbiel, (2003, p. 26),

Em ambas as aproximações, as instituições emergem como elementos que ordenam as expectativas relativas às ações/reações dos agentes. Trata-se de uma matriz que fornece ao agente os elementos necessários para a definição de sua ação mediante as restrições e incentivos definidos claramente pelas regras acordadas. As informações simetricamente compartilhadas, a estruturação das expectativas mediante o conhecimento e consentimento com estatutos balizadores de ações; todos esses elementos convergem para um equilíbrio da dinâmica das escolhas sociais, equilíbrio supostamente expresso na estabilidade da produção legislativa (Ribeiro, 2012, p. 96).

Assim, a teoria do institucionalismo da escolha racional assume uma caracterização única, focalizando primordialmente o aspecto do poder, ou seja, a capacidade que indivíduos e grupos podem adquirir para controlar as ações de terceiros. Nesse contexto, as instituições desempenham um papel significativo ao influenciar diversos atores, orientando suas condutas e promovendo ações mais estratégicas em relação aos seus interesses, como indicado por Nascimento, (2009),

O institucionalismo sociológico surge a partir da teoria das organizações. Instituições, para estes autores, são definidas em termos de normas, valores, culturas e ideias. A tradição sociológica foca sobre uma dimensão cognitiva de instituições, a qual se acredita internalizada pelos autores. As relações de poder aqui estão intrincadas dentro de uma complexa rede institucional cognitiva. Em outras palavras, instituições moldam a percepção dos atores e, através deste mecanismo, condicionam o comportamento a favor da reprodução das instituições. Esta heterogeneidade é não só percebida por muitos estudiosos que vem o novo institucionalismo de fora, mas também por integrantes do próprio movimento (Nascimento, 2009, p. 115).

Essa dinâmica de poder, que se molda através das instituições, oferece a ambos os sujeitos a oportunidade de mudança. Dessa forma, como observado por Nascimento, (2009, p. 116), referenciando (Ferejhon; Pasquino, (2001, p. 5-24), afirma que, "O institucionalismo da escolha racional é uma extensão da teoria da escolha racional. Ele não pode, por se mesmo, negar o racionalismo e uma ontologia do conflito entre atores". Assim, o institucionalismo da escolha racional está intrinsecamente ligado às relações de poder que se constituem entre diferentes atores, em contextos diversos que proporcionam tais relações. Neste sentido, para Nascimento, (2009), o poder é,

Característica distintiva: sua preocupação com o poder, ou seja, a capacidade de uma pessoa ou grupo de controlar as ações de outros. As instituições cumprem um papel determinante nesta área – elas tornam as coisas mais fáceis para uns e mais difíceis para outros. Essa abordagem é ideal para explicar a permanência das instituições, visto que sua durabilidade depende das próprias vantagens que ela oferece. Na medida em que se interessam pelas funções que estas cumprem e pelas vantagens que elas proporcionam aos atores (Nascimento, 2009, p. 114).

Assim, a perspectiva do institucionalismo da escolha racional tenta construir uma explicação que possibilite coerência entre as instituições, suas

funções e o interesse que exercem sobre as vantagens proporcionadas aos seus atores. Deste modo, essa abordagem é ideal para explicar a persistência das organizações ao longo do tempo, tendo em vista que a consistência de um sistema depende dos benefícios proporcionados a seus agentes, estabelecendo assim uma relação de significados, como afirma Nascimento, (2009) e Ribeiro (et al, 2012, p. 98),

Nesse sentido, esta tradição procura explicar a dimensão interativa e criativa do processo pelo qual as instituições são socialmente construídas e o que confere a legitimidade dos arranjos institucionais. Ao compartilharem conteúdos de significados os agentes relacionam-se unicamente por meio de ações racionais relacionadas a fins. Ignora-se a advertência segundo a qual “a absoluta racionalidade da ação com relação a fins, todavia, tem essencialmente o caráter de construção de um caso limite”. Do ponto de vista metodológico, portanto, a escolha racional elege como objeto de estudo a interação, em nível micro/individual, entre as preferências e a maximização de satisfações/utilidade num contexto de restrições institucionais estáveis (sejam exógenas ou parcialmente responsivas a ações de alguns agentes) (Nascimento, 2009, p. 114 e Ribeiro et al, 2012, p. 98).

Portanto, o institucionalismo da escolha racional busca compreender o comportamento político e social de diferentes atores na sociedade, a partir de aspectos que orientam suas ações, como preferências, cálculos e estratégias ancoradas na ação racional, com o objetivo de maximizar seus benefícios e minimizar seus custos. Dessa forma, esses autores levam em consideração as regras e expectativas de outros agentes.

Neste sentido, o institucionalismo da escolha racional compreende as estruturas como arranjos que proporcionam ou limitam as escolhas dos sujeitos. Dessa forma, as instituições passam a exercer influência sobre seus incentivos e os resultados obtidos. Outro elemento relevante dessa abordagem da escolha racional é a importância da interação estratégica na determinação das circunstâncias políticas, como menciona Ribeiro (et al, 2012, p.97),

As instituições são exatamente a padronização das expectativas, padronização que viabiliza a interação na medida em que fornece os padrões de resposta esperados dos diferentes atores a diferentes situações diminuindo, dessa forma, a incerteza relativa à ação dos outros atores Assim, só existe um comportamento racional, condicionado pelas expectativas sobre o comportamento e as reações dos outros. Quando estas expectativas sobre o comportamento dos outros assumem uma forma particularmente clara e concreta entre os indivíduos, quando se aplicam

situações que se repetem durante um longo período de tempo, e especialmente quando envolvem expectativas muito variadas sobre os diferentes papéis dos diferentes actores determinar as acções que os outros devem tomar, é frequente reunimos estas expectativas e estratégias sob o título instituição [...] (Ribeiro et al, 2012, p.97).

Nesse sentido, os atores adaptam suas respostas às ações e reações de outros sujeitos. Vale ressaltar, no entanto, que o institucionalismo da escolha racional também busca analisar como as organizações procuram moldar os indivíduos e como, conseqüentemente, estes exercem influência sobre as mudanças ocorridas nas instituições, visando atender às suas demandas ou interesses como afirma Nascimento, (2009),

Para os institucionalistas da escolha racional, uma instituição é simplesmente um equilíbrio, isto é, um modelo regular de comportamento com expectativas mútuas sobre os cursos de ação que os atores irão tomar. O argumento principal para estes autores é que os atores perseguem interesses fazendo escolhas sob restrições. Não obstante, o institucionalismo surge como uma reação à popularidade e aos excessos do behaviorismo (Nascimento, 2009, p. 166).

Desta forma, a abordagem do institucionalismo da escolha racional investiga os dilemas das ações coletivas, que consistem em situações que possibilitam ações individuais, muitas vezes contrárias aos interesses da coletividade, mesmo quando existem soluções possíveis para superar essas situações. Assim, o institucionalismo da escolha racional oferece em sua teoria mecanismos empíricos, tais como: a teoria dos jogos, com foco no comportamento político; os modelos de preferência e utilidade, com ênfase na avaliação das escolhas dos atores com base em suas preferências; a teoria da agência, com base na relação entre agentes e princípios, ou eleitores e políticos; a teoria da escolha pública, que examina a relação dos atores políticos em ambientes democráticos; a teoria das instituições, que se concentra na análise das instituições políticas e econômicas; e os modelos de equilíbrio, que visam compreender o equilíbrio das escolhas estratégicas dos atores. Esses e outros mecanismos empíricos contribuem para a criação e categorização de possibilidades no institucionalismo da escolha racional.

3.2 A ÊNFASE EM ESCOLHA RACIONAL NA LITERATURA

O novo institucionalismo representa atualmente uma das alternativas teóricas e metodológicas mais influentes nas ciências sociais contemporâneas. Nesse sentido, podemos afirmar que essa abordagem teórica é objeto de extensa discussão tanto internamente quanto no âmbito específico da sociologia e da ciência política. O propósito desta ênfase, no contexto deste trabalho, é conduzir uma revisão das perspectivas que emergiram sobre o papel do neoinstitucionalismo como teoria na construção do conhecimento científico, neste caso por meio da sistematização da ciência política.

Dessa forma, examinaremos trabalhos que abordam essa temática por meio de uma revisão narrativa da literatura sobre a nova abordagem institucional e sua interação com a ciência política. Essa análise está fundamentada na vertente do neoinstitucionalismo da escolha racional. Assim, buscaremos compreender o papel e a importância desta abordagem como uma perspectiva que viabiliza a construção do conhecimento científico por meio da ciência política, a qual analisar os fenômenos de natureza política e sua relação com as instituições, sejam elas públicas ou privadas. O foco deste trabalho é compreender de forma científica as circunstâncias em que esta teoria do neoinstitucionalismo da escolha racional consegue justificar seu papel e importância no processo de investigação e, conseqüentemente, na produção de conhecimentos válidos, atuando como uma lente de interpretação dos fenômenos políticos na sociedade contemporânea.

Portanto, apresentaremos a bibliografia encontrada na pesquisa com objetivo de realizar de forma descritiva como diferentes autores de distintos campos do conhecimento abordam a temática do novo institucionalismo na perspectiva da escolha racional. Neste sentido, podemos considerar que a escolha racional é uma metodologia de investigação dinâmica, relevante e eclética. Tendo em vista sua capacidade de aplicabilidade em diferentes áreas do conhecimento, devido à sua sólida base teórica que possibilita a sua aplicação de forma interdisciplinar, com capacidade de produzir resultados significativos. Isso a torna uma ferramenta relevante para o pesquisador e para a ciência que busca compreender distintos fenômenos e questões na sociedade contemporânea.

3.2.1 Seleção dos textos

Para a seleção dos textos a serem abordados nessa parte do trabalho foi utilizado o software e Publish or Perish. A busca foi realizada na base Google Scholar a partir das palavras chaves “rational choice” e “escolha racional” e dos termos “neoinstitucionalismo”, “neo-institucionalismo” e “neo institucionalismo” nas palavras do título. Vale ressaltar, que não foi incluído na busca um marco temporal tendo em vista que a metodologia para a pesquisa é de natureza narrativa. A figura a seguir apresenta a tela do software com as strings construídas para a busca.

Figura 1 – Publicações encontradas após a busca

The screenshot shows the Google Scholar search interface. The search criteria are: Authors: (empty), Years: 0 - 0, Publication name: (empty), ISSN: (empty), Title words: "neoinstitucionalismo OR neo-institucionalismo OR "neo institucionalismo"", Keywords: "rational choice" OR "escolha racional". The maximum number of results is set to 50. The search results table is as follows:

	Cites	Per year	Rank	Authors	Title
✓ h	1651	82.55	1	PA Hall, RCR Taylor	As três versões do neo-institucionalismo
✓ h	203	13.53	10	PS Peres	Comportamento ou instituições? A evolução histórica c
✓ h	45	3.75	12	M Altamirano Santiago, ...	El método comparado y el neo-institucionalismo como
✓ h	20	2.50	14	G Fontaine	Los aportes del neo-institucionalismo al análisis de polí
✓ h	11	1.38	18	G Fontaine	Paradigmas en disputa: los aportes del neo-instituciona
✓ h	9	1.80	5	RM de Macedo, IB Ckag...	Neo-institucionalismo: discussão acerca da teoria e sua
✓	6	0.86	2	B Trojbicz	Mudanças Não-Incrementais em Contextos de Neo-Ins
✓	6	0.75	13	C Altavilla	El Neo Institucionalismo: Su aporte a las ciencias sociale
✓	4	0.44	20	J Fernández-Baca	Reformas políticas y eficiencia económica hacia un aná
✓	2	0.07	9	MABC de Melo	O neo-institucionalismo de volta à cena teórica
✓	1	0.05	6	L Nova	Hall, Peter A.; Taylor, Rosemary CR As três versões do ne
✓	1	0.05	11	LFF Félix	O" risco sistêmico" brasileiro sob o escopo do neo-insti
✓	1	0.09	3	RC Dieguez	Federalismo Cooperativo, Políticas Públicas e Consórcio
✓	0	0.00	4	A Hall Peter, TR CR	As três versões do neo-institucionalismo
✓	0	0.00	19	D Gantus	Cooperación e instituciones: las políticas públicas de la
✓	0	0.00	8	FCS Mesquita, SS Shima	O Neo-Institucionalismo histórico eo processo de integ
✓	0	0.00	7	K Mello, PC Magdalena, ...	Ciência como Instituição: Aportes Teóricos a Partir do N
✓	0	0.00	16	MA SANTIAGO, AM ME...	El método comparado y el neo-institucionalismo como
✓	0	0.00	15	REDI DE PEDAGOGÍA-RE...	INSTITUCIONALISMO Y NEO-INSTITUCIONALISMO EN I
✓	0	0.00	17	S Czajkowski Jr	O Neo-Institucionalismo e suas Implicações na Constitu

Fonte: o autor, 2023.

A busca realizada retornou a 20 produções bibliográficas. A esse total foi aplicada primeiramente como regra de inclusão ou exclusão para esse estudo a disponibilidade do texto. Além disso, foram excluídos os textos em duplicidade. Após a aplicação desses critérios, a listagem de textos a serem abordados na revisão narrativa são os destacados na figura a seguir.

Figura 2 – Publicações restantes

Autores	Título	Ano
PA Hall, RCR Taylor	As três versões do neo-institucionalismo	2003
PS Peres	Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política	2008
M Altamirano Santiago, A Martínez Mendoza	El método comparado y el neo-institucionalismo como marco metodológico para la investigación en las Ciencias Sociales	2011
G Fontaine	Los aportes del neo-institucionalismo al análisis de políticas públicas	2015
G Fontaine	Paradigmas en disputa: los aportes del neo-institucionalismo al análisis de políticas públicas	2015
RM de Macedo, IB Ckagnazaroff	Neo-institucionalismo: discussão acerca da teoria e suas vertentes	2018
B Trojbciz	Mudanças Não-Incrementais em Contextos de Neo-Institucionalismo Histórico: Explicando “Conjunturas Críticas”	2016
MABC de Melo	O neo-institucionalismo de volta à cena teórica	1996
RC Dieguez	Federalismo Cooperativo, Políticas Públicas e Consórcios Intermunicipais: uma análise à luz do neo-institucionalismo	2012
L Nova	Hall, Peter A.; Taylor, Rosemary CR As três versões do neo-institucionalismo Lua Nova, núm. 58, 2003, pp. 193-223	2003
K Mello, PC Magdalena, W Pedro	Ciência como Instituição: Aportes Teóricos a Partir do Neo-Institucionalismo	2018
FCS Mesquita, SS Shima	O Neo-Institucionalismo histórico eo processo de integração Regional no Mercosul	2017
MA SANTIAGO, AM MENDOZA	El método comparado y el neo-institucionalismo como marco metodológico para la investigación en las Ciencias Sociales	
S Czajkowski Jr	O Neo-Institucionalismo e suas Implicações na Constituição do Ambiente Legal das Organizações	
D Gantus	Cooperación e instituciones: las políticas públicas de la cooperación inter empresaria: revisando el neo	2015

Fonte: o autor, 2023.

A partir dessa seleção de textos, apresentaremos uma exposição e análise comentada dos conteúdos abordados por diferentes autores, com ênfase nas contribuições relacionadas à escolha racional presentes nessa literatura.

3.3 REVISÃO NARRATIVA SOBRE A ESCOLHA RACIONAL

O propósito desta pesquisa é examinar a aplicação do institucionalismo da escolha racional no processo de desenvolvimento do conhecimento na ciência política. Isso requer uma análise de artigos que exploram a abordagem da escolha racional como estratégia para investigar fenômenos políticos e sociais. Os artigos selecionados têm datas distintas, com o artigo mais antigo datado de 1996 e o mais recente de 2020.

A proposta desta revisão narrativa sobre o neoinstitucionalismo da escolha racional é um tipo de revisão bibliográfica de viés qualitativo que se concentra na análise e síntese das principais ideias, teorias, pesquisas e debates relacionados a esta abordagem, conforme apresentada por diferentes autores. Portanto, esta pesquisa de revisão da literatura e sistemática busca fornecer um panorama flexível, abrangente e informativo sobre o neo institucionalismo na ciência política, com foco na teoria da escolha racional como recomenda Mello, Magdalena e Pedro (2018) apud Alves-Mazzotti, (2002),

“A revisão de literatura, também chamada de revisão bibliográfica, visa construir uma contextualização para o problema de pesquisa e analisar a literatura como forma de fundamentar a pesquisa, ou seja, como um possível referencial teórico”. Assim, essa análise propiciou não apenas um embasamento teórico para a pesquisa, mas também possibilitou um olhar crítico às teorias e informações observadas, bem como a identificação da forma que o tema vem sendo discutido e suas lacunas, sendo fundamental para a construção deste estudo (Mello; Magdalena; Pedro, 2018, p. 17)

Neste sentido, na área da Ciência Política, a metodologia predominante é o "institucionalismo da escolha racional". Nessa abordagem, as instituições são consideradas agentes que facilitam a interação dos atores com suas preferências em relação aos objetos, estabelecendo uma relação utilitária. Dessa forma, as instituições impactam as decisões dos atores, beneficiando aqueles que estão no topo de uma escala de preferência, o que resulta em uma alteração de posições em relação a objetos específicos como afirma Hall e Taylor, (2003),

[...] Intuições fundamentais são, primeiro, que é plausível que o comportamento de um ator é determinado, não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico, e, segundo, que esse cálculo é

fortemente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a possibilidade e a seqüência de alternativas na agenda, ou ao oferecerem informações ou mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros, ao mesmo tempo que propiciam aos atores “ganhos de troca”, o que os incentivarão a se dirigirem a certos cálculos ou ações precisas. Trata-se de um enfoque “calculador” clássico para explicar a influência das instituições sobre a ação individual. (Hall; Taylor, 2003, p. 205).

Desta forma, o neoinstitucionalismo, ao incorporar as instituições na teoria da escolha racional, fortalece o paradigma comportamental ao enriquecer as questões institucionais. No entanto, tornar-se um institucionalista não se limita apenas a se preocupar com as instituições. Nesse contexto, a mudança ocorreu na própria teoria da escolha racional, que foi ajustada para incluir o papel das instituições não apenas como objeto de análise, mas também como parte integrante de sua metodologia como expõe Peres, (2008),

Na vertente da Ciência Política – em sua quase totalidade adepta ao “institucionalismo da escolha racional” –, o que prevalece é concepção de que as instituições interagem com as preferências já dadas, provocando um processo de “transição” destas em relação aos objetos, de acordo com uma “escala de utilidades”. Ou seja, as instituições, como formas de restrição das decisões em favor daquilo que ocuparia o primeiro lugar numa dada escala de preferências, provocaria o deslocamento dessa escolha para objetos outros que ocupariam ou o segundo, ou o terceiro, ou o quarto lugar de suas preferências, e assim por diante. (Peres, 2008, p. 65).

Deste modo, o novo institucionalismo da escolha racional é parte integrante de uma análise em que o interesse racional individual determina a existência, funcionamento e identidade das instituições. Nesse sentido, esse paradigma estabelece como princípios decisórios considerar gostos e preferências, com o objetivo de maximizar a satisfação pessoal, desenvolvendo estratégias e ações calculadas para alcançar os resultados desejados. Portanto, é função das instituições proporcionar a esses atores a capacidade de maximizar suas satisfações pessoais, surgindo assim as instituições como resultado de acordos voluntários de cooperação como descreve Altamirano Mendoza e Martínez Santiago (2011),

Se debe señalar, sobre todo para el neo-institucionalismo, que su marco teórico referencial se encumbra en el conductismo (behavioralism) y la

elección racional (the rational choice). Los conductistas argumentan que el foco de atención debe estar en las actitudes y el comportamiento más que en las particularidades formales de las instituciones; por su parte, para los adeptos del rational choice el individuo actúa a partir de sus propias decisiones (Sánchez, 2008). Sin embargo, para Mach y Olsen (1984), ambas perspectivas son contextualistas, reduccionistas, utilitaristas e instrumentalistas; es decir, el problema del contexto se debe a que la realidad poco o nada se refleja en las instituciones, éstas también son actores; el reduccionismo afirma a que los resultados se centran en el papel que los individuos desempeñan, dejando de lado la intervención de las instituciones; el problema del utilitarismo se debe a que se considera que las acciones son resultados de las decisiones racionales, anulando—prácticamente—lo correspondiente a la complejidad humana. Los análisis y las reflexiones que ambas posturas ofertan, prestan atención a los resultados, más que en el proceso mismo. (Altamirano Mendoza; Martínez Santiago, (2011, p. 61).

Esta abordagem contemporânea tem se tornado mais concisa na interpretação das instituições e suas mudanças, testando aspectos tanto exógenos quanto endógenos como fatores que promovem alterações graduais na organização e funcionamento das instituições. Assim, essa perspectiva da escolha racional busca analisar aspectos da realidade e fenômenos políticos. Dessa forma, essa vertente do novo institucionalismo contemporâneo adota uma abordagem com um único propósito: identificar os processos de mudanças significativas nas decisões institucionais. Neste sentido, para Fontaine, (2015),

Para el neo-institucionalismo de la elección racional, las instituciones son modelos de equilibrio negociados para facilitar la acción. Duran gracias a un equilibrio de Nash, un punto en el cual cualquier conducta de desviación tiene un costo mayor a una conducta de conformismo, lo que preserva el grupo o la composición del grupo (Shepsle, 2006). Una institución se puede entender como una variable exógena o endógena de las interacciones sociales. (Fontaine, 2015, p. 86).

Assim, a pesquisa em Ciência Política, ao adotar a abordagem do neoinstitucionalismo da escolha racional, tem se destacado por reconhecer a relevância das normas sociais e da ação social fora do mercado. Isso enfatiza a importância das regras nas escolhas coletivas e confere uma identidade distinta à pesquisa em Ciência Política, diferenciando-a da Sociologia pelos resultados que produz como afirma Fontaine, (2013),

El institucionalismo de la elección racional partía de una concepción

conductista de la evolución de las instituciones y de la relación entre las instituciones y las acciones individuales y colectivas.[...] Un aspecto descuidado de la teoría de la elección racional, que es: lo que motiva a los actores, es también su cultura, su educación, su religión, el medio social en el que nacieron y el medio en el que se mueve, el medio profesional, el medio institucional en el que evolucionan estos actores. Entonces, las trayectorias, las preferencias de los actores son determinadas por otra cosa que por los intereses racionales. (Fontaine, 2013, pp. 5,12).

No entanto, é importante destacar que a teoria da escolha racional é influenciada pela "nova economia da organização", que ressaltava a importância dos aspectos organizacionais na redução dos custos de transação associados à realização da mesma atividade sem a utilização de instituições como argumenta Macedo e Ckagnazaroff (2018, p. 5), "A contraposição entre o peso do interesse racional individual (endogenia) e o impacto dos arranjos institucionais sobre o de tomada de decisão (exogenia) estabelece-se como o ponto de análise para compreensão das vertentes neoinstitucionais". Dessa forma, essa perspectiva considera as instituições como um sistema de princípios e motivações que utiliza as regras do jogo político como elementos indispensáveis para orientar as ações estratégicas dos atores que buscam alcançar seus interesses. No entanto, para Trojbciz, (2016),

[...] O caminho teórico conjuga complementariedade entre NIER e NIH. O NIH identifica conjunturas críticas, em que as escolhas dos atores implicam em tomada de trajetórias de longo prazo de difícil reversão, enquanto o NIER permite análise das decisões estratégicas tomadas em momentos de mudança. A combinação das duas abordagens resulta em entendimento mais completo dos processos de longo prazo, incluindo mecanismos de escolha dos atores nos momentos de decisão. Dessa forma, utiliza-se o NIER de forma complementar ao NIH para modelar o comportamento dos atores nas conjunturas críticas. (Trojbciz, 2016, p. 78).

Portanto, são esses mesmos atores que constituem, moldam e determinam o modo de funcionamento das instituições, estabelecendo assim possibilidades para um comportamento premeditado e intencional, baseado em cálculos estratégicos que são constituídos ao longo da história a partir das relações proporcionadas por distintos sistemas institucionais que estabelecem um conjunto de princípios, normas valores e crença que permitem a sinergia entre atores e instituições tendo como resultado a produção de comportamento e identidades

desses sujeitos como afirma Melo, (1996),

As instituições constituem a estrutura de incentivos com a qual os atores sociais se deparam. No entanto, as boas instituições só produzem comportamentos virtuosos se forem consistentes com a cultura política que lhes dá suporte — o que não é considerado no neo-institucionalismo econômico. Por outro lado, o programa de pesquisas da escolha racional, que tem adquirido cada vez mais centralidade no debate [...], tem se voltado mais e mais para a questão de como as normas sociais — e a ação social fora da esfera do mercado — podem ser explicadas a partir desse paradigma. (Melo, 1996, p. 201).

Na abordagem contemporânea da escolha racional, as instituições moldam a arena em que os atores políticos desenvolvem estratégias para maximizar seus interesses. Portanto, as instituições limitam comportamentos egoístas voltados para interesses individuais, sendo vistas como agentes que reduzem as incertezas no jogo político. É fundamental destacar que as regras do jogo são estabelecidas pelos próprios atores, moldadas por suas preferências, padrões e interações, o que influencia o processo decisório como afirma Mello, Magdalena e Pedro (2018),

O comportamento dos indivíduos é guiado pelas preferências e expectativas sobre as consequências das escolhas, ou seja, é um comportamento premeditado e intencional e marcado por uma série de cálculos estratégicos. Para o institucionalismo da escolha racional, portanto, as instituições são um sistema de regras e incentivos, as regras do jogo, a partir das quais os atores se comportam de forma estratégica para atingirem seus interesses. Entretanto, é importante destacar que para esta abordagem teórica os indivíduos também moldam as instituições, influenciando sua criação e função. (Mello; Magdalena; Pedro, 2018, p. 15).

Deste modo, o neoinstitucionalismo busca nos fazer compreender aspectos comuns, como a análise das instituições e os elementos da abordagem da escolha racional, que estão presentes na maioria das interpretações investigadas. Essa abordagem procura entender como os atores expressam suas preferências de acordo com as condições que indicam uma postura de princípio de transitividade, orientando seu comportamento para utilizar todos os recursos necessários e maximizar a satisfação de suas preferências, muitas vezes envolvendo cálculos significativos como descreve Hall e Taylor (2003),

Segue-se que as instituições influenciam não apenas os cálculos

estratégicos dos indivíduos, como sustentam os teóricos da escola da escolha racional, mas também suas preferências mais fundamentais. A identidade e a imagem de si dos atores sociais são elas mesmas vistas como sendo constituídas a partir das formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social. (Hall; Taylor, 2003, p. 210).

A teoria da escolha racional busca interpretar a realidade social e os fenômenos políticos por meio da lógica dedutiva, com o objetivo de medir a importância das funções institucionais e seu desempenho. Ela procura explicar o significado que as instituições estabelecem na relação com seus atores e sua influência sobre eles. Nesse sentido, compreende-se que esses atores moldam a instituição de modo que esse significado se torne um valor coletivo emergente da cooperação como destaca Dieguez, (2010),

No neo-institucionalismo da escolha racional, Hall e Taylor (idem: 12-13) enumeram quatro propriedades que estão presentes na maioria das análises dos seus seguidores: a presença de um pressuposto comportamental guiado de modo inteiramente utilitário, a concepção da vida política como uma série de dilemas da ação coletiva, a ênfase no papel das instituições sobre a redução da incerteza nas interações estratégicas através da imposição de mecanismos exógenos e da utilização de um raciocínio dedutivo para sustentar a motivação da origem das instituições a partir de acordos voluntários (Dieguez, 2010, pp. 5,6).

Dessa forma, essa perspectiva se destaca nas ciências sociais, especialmente na ciência política. Apesar de sua relevância, enfrenta críticas, sobretudo em relação à escolha racional, que é vista como contextualista, reducionista, utilitarista e instrumentalista. Essa perspectiva sugere que a realidade tem pouca influência nas instituições, as quais também são consideradas atores. Além disso, ela simplifica as ações humanas, reduzindo-as a resultados de decisões racionais, e desconsidera a complexidade das interações sociais, questionando até mesmo a validade desta abordagem como metodologia de análise como afirma Altamirano Mendoza e Martínez Santiago (2011),

Se debe señalar, sobre todo para el neo-institucionalismo, que su marco teórico referencial se encumbra en el conductismo (behavioralism) y la elección racional (the rational choice). Los conductistas argumentan que el foco de atención debe estar en las actitudes y el comportamiento más que en las particularidades formales de las instituciones; por su parte, para los adeptos del rational choice el individuo actúa a partir de sus propias

decisiones (Sánchez, 2008). (Altamirano Mendoza; Martínez Santiago, 2011, p. 61).

Neste sentido, o neoinstitucionalismo deixou uma marca profunda nos estudos do campo da ciência política, tornando-se um instrumento promissor de investigação que possibilita a compreensão da relevância das instituições nos fenômenos políticos. Desse modo, a escolha racional demonstra maior eficácia quando aplicada a aspectos sociológicos, destacando o conceito de legitimidade, inércia e práticas específicas nas organizações. No entanto, é importante ressaltar que esse processo decorre muito mais de uma escolha deliberada do que de uma imposição do ambiente legal como afirma Czajkowski Junior (2020),

O novo Institucionalismo, segundo a leitura de March e Olsen (1984), também poderia ser visto como uma reação à revolução comportamental e racional que começou a se processar nos anos cinquenta, do século passado, e cujos desdobramentos se fizeram sentir em diferentes esferas. Lombarts (2011, p. 63), seguindo caminho análogo, destaca que a revolução comportamental pôs fim à visão de que o comportamento individual seria sempre previsível, ao mesmo tempo em que a revolução racional rompeu com a ideia de que as escolhas executadas pelas pessoas, bem como pelas organizações, são feitas por razões puramente lógico-rationais e/ou por decisões, desde o seu início, bem planejadas e executadas. (Czajkowski Junior, 2020, p. 6-7).

Portanto, o neoinstitucionalismo da escolha racional, apesar das críticas, oferece respostas concisas para questões centrais na abordagem institucionalista. Essa perspectiva argumenta que a mudança institucional não é a única maneira de alterar os resultados da luta social. Em vez disso, ela sustenta que a mudança institucional, ou seja, a alteração das regras do jogo, não apenas é a maneira mais eficaz de modificar os resultados do jogo social, mas também a mais "econômica" para alcançar um novo equilíbrio como afirma Gantus, (2015),

Lo que se pretende señalar, en definitiva, es que no es disparatada la Teoría de la Elección Racional; simplemente, falla en capturar la complejidad del comportamiento humano en general, y cooperativo en particular. Pero si nos detenemos por un momento en la definición de la cooperación que hemos provisto aquí en el inicio de este trabajo, podría argumentarse que guarda una relación muy estrecha con la Elección Racional que aquí se discute, al punto de producir una seria contradicción. (Gantus, 2015, p. 109).

Isso ocorre porque é mais "econômico" atuar sobre os incentivos que os agentes reconhecem ao tomar decisões do que modificar a forma como eles formam suas preferências ou alterar os modelos mentais com os quais interpretam o ambiente ao seu redor ou determinam o conjunto de possibilidades em uma situação específica.

Portanto, uma análise histórica proporciona uma compreensão mais apropriada sobre os fatores determinantes que moldam a política evitando assim o determinismo institucional. Desta forma, a análise histórica oferece uma estrutura analítica para aferir a interação entre escolhas políticas e determinantes da vida política considerando também as instituições como resultado dos impasses políticos, das escolhas e da influência no comportamento.

No entanto, para a análise sociológica a ênfase está em uma compreensão mais apropriada em que se estabelece uma relação entre estratégias e ações vinculadas e influenciadas por interações culturais diversas. Neste sentido, a análise sociológica passa a compreender de forma mais abrangente o conceito de instituição incluindo sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e aspectos morais como padrões de significado que norteiam o comportamento humano. Destacando assim, a importância cultural no processo de formação das instituições e no direcionamento de suas ações.

Desta forma, a análise da escolha racional possibilita um olhar distinto constituído em uma análise ancorada no princípio em que as decisões e escolhas estão vinculadas ao individualismo que explora as concessões e decisões dadas em um amplo e determinado contexto. Assim, as bases conceituais da escolha racional estão fundamentadas em aspectos como, gostos, preferências, maximização, satisfação pessoal com orientações estratégicas amparadas por estratégias de cálculos considerando que as instituições são meios viáveis para se alcançar os interesses intencionalmente desejados.

4 CONCLUSÃO

A análise institucional tem sido amplamente utilizada como método de estudo nas ciências sociais, devido à sua relevância na observação e interpretação de considerações sociais e políticas. Este método tem se destacado no campo da pesquisa em ciência política. Neste trabalho, buscamos fornecer uma melhor compreensão do novo institucionalismo em suas diversas abordagens, como demonstrado ao longo desta exposição, que tem como foco principal o novo institucionalismo da escolha racional. Assim, o objetivo deste estudo é destacar os elementos mais importantes do institucionalismo como uma teoria que explora os fundamentos das instituições e sua ampla variedade de aspectos dentro do campo da ciência política.

Portanto, nosso objetivo principal foi identificar o papel do institucionalismo na construção do conhecimento científico, especialmente ao solidificar essas teorias dentro do campo da ciência política. Este estudo buscou aprofundar nossa compreensão sobre a formação das dinâmicas de poder, considerando a influência exercida pelas instituições e sua interação com uma variedade de atores.

Nesse contexto, o institucionalismo da escolha racional se destaca como uma perspectiva de grande importância na ciência política contemporânea. Essa abordagem concentra sua atenção nos atores políticos que, teoricamente, tomam decisões de maneira racional, orientadas por ações estratégicas planejadas para maximizar seus interesses, preferências e utilidades, levando em consideração as restrições impostas pelo contexto institucional.

O institucionalismo da escolha racional ainda destaca outros aspectos desta teoria e sua relação com os agentes como, a redução dos custos, a maximização da utilidade, a avaliação de custo-benefício e a racionalidade dos agentes. Entretanto, esta perspectiva destaca também as características das instituições como, regras e normas que moldam o comportamento dos indivíduos, influenciando suas escolhas e interações. Neste sentido, as instituições são vistas como mecanismos que proporcionam maximizar benefícios e reduzir custos para os agentes envolvidos.

Portanto, o institucionalismo da escolha racional desempenha um papel de especial relevância na estruturação da ciência política em várias

dimensões, incluindo uma análise crítica das instituições, a investigação do impacto delas no processo de formação dos agentes políticos e uma abordagem comparativa que estabelece conexões com o institucionalismo histórico e sociológico.

Desta forma, a teoria do institucionalismo da escolha racional conquista de forma marcante seu lugar nas interpretações dos aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Nesse contexto, esta abordagem se configura como uma perspectiva de notável relevância para a ciência política contemporânea.

Essa importância reside no fato de que o neoinstitucionalismo da escolha racional fornece uma abordagem analítica fundamentada a partir da teoria econômica, o que auxilia na compreensão das decisões políticas e do comportamento dos atores políticos. Assim, essa abordagem explora as pressões que exercem coerção sobre esses atores, influenciando suas escolhas e estabelecendo, assim, uma relação de poder mediadora que promove a estabilidade e a colaboração institucional.

Desta maneira, é importante ressaltar que as principais vertentes do neo-institucionalismo têm como único objetivo constituir elementos necessários que possibilitem à ciência política estabelecer conhecimento científico capaz de mensurar as especificidades políticas existentes em um contexto. Nesse sentido, chegamos à conclusão que, é pouco provável que se constitua o conhecimento como tal no campo da Ciência Política sem considerarmos os elementos constituintes das três principais vertentes do neo-institucionalismo.

Portanto, é essencial levar em conta que as especificidades políticas se originam de um contexto histórico moldado por características passadas, sejam elas duradouras, disruptivas ou progressistas. Além disso, é vital reconhecer que esses elementos históricos fazem parte das práticas políticas em um determinado cenário, resultantes da interação social e da criação de significados e símbolos por diferentes atores.

Portanto, nossa conclusão é que o neoinstitucionalismo da escolha racional faz parte de uma característica composta por diversos elementos que se tornam reconhecíveis nas vertentes históricas e sociológicas do neoinstitucionalismo. Ele atua como uma influência que envolve diversos atores e ações, impondo implicações que precisam ser calculadas matematicamente com o objetivo de obter o melhor resultado possível no âmbito da produção de conhecimento científico no campo de pesquisa da ciência política.

REFERÊNCIAS

ABEL MEDINA, J. M. ¿Qué es la ciencia política? In: ABEL MEDINA, J. M. **Manual de Ciencia Política**. Buenos Aires: Eudeba, 2014. p. 26-78.

ALTAMIRANO SANTIAGO, M.; MARTÍNEZ MENDOZA, A. El método comparado y el neo-institucionalismo como marco metodológico para la investigación en las Ciencias Sociales. **Mundo Siglo XXI**: revista del centro de investigaciones económicas, administrativas y sociales del Instituto Politécnico Nacional, [S.L.], v. , n. 25, p. 55-63, 2011. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/7119/1/REXTN-MS25-05-Altamirano.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

ANDREWS, C. W. Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem habermasiana. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 271-299, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hvhHSkt3vtrSywWWKqjMBHP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 12, n. 35, p. 1-13, out. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3HG9jFmbwFchwV4MJncJkLM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

BARBOSA, G. H. Uma breve discussão sobre a análise das instituições na ciência política. **Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e Tecnologia**, [S.L.], v. 1, p. 11-27, 2018. Disponível em: <https://www.unicerp.edu.br/revistas/rumos/2018-n3/ART01-RUMOS-VOL-3-2018-1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

CHECHI, A. L.; GRISA, C. Abordagens institucionalistas e as contribuições na análise de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 735-753, jan. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321161767018/html/>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, [S.L.], v. 19, n. 36, p. 25-45, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10664/6299>. Acesso em: 30 out. 2023.

CONTRERA, R. B.; ESTEVINHO, T. A. D. Neoinstitucionalismo na ciência política: uma revisão. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - Politi(K)Con**, Tangará da Serra, v. 2, n. 1, p. 27-37, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5352/4364>. Acesso em: 30 out. 2023.

COSTA, E. J. M. A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglas North. **Nova Economia**, [S.L.], v. 29 (spe), p. 1359-1385, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/GCGHQVvBsBSGZtfvZXtBnbH/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CZAJKOWSKI JUNIOR, S. O Neo-Institucionalismo e suas Implicações na Constituição do Ambiente Legal das Organizações. **Enajus 2020: administration of justice meeting**, Curitiba, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2020/sessao-10/1-o-novo-institucionalismo-e-as-suas-implicac-o-es-na-constituic-a-o-ddo-ambiente-legal-das-organizac-o-es.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

DIEGUEZ, R. C. Federalismo cooperativo, políticas públicas e consórcios intermunicipais: uma análise à luz do neo-institucionalismo histórico. **XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio - Memória e Patrimônio**, Rio de Janeiro, p. 1-20, jul. 2023. Disponível em: https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276739028_ARQUIVO_artigoANPUH-RJ.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

FONTAINE, G. Paradigmas en disputa: los aportes del neo-institucionalismo al análisis de políticas públicas. **VII Congreso de La Asociación Latino Americana de Ciência Política**, Bogotá, p. 1-30, set. 2013.

FONTAINE, G. Los aportes del neo-institucionalismo al análisis de políticas públicas. **Revista Andina de Estudios Políticos**, [S.L.], v. , n. 2, p. 80-98, 2015. Disponível em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/pt-br/node/63577>. Acesso em: 31 out. 2023.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 276-292, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/>. Acesso em: 31 out. 2023.

GANTUS, D. **Cooperación e instituciones**: las políticas públicas de promoción de la cooperación inter empresaria. revisando el neo institucionalismo de la elección racional y sus micro - fundamentos, a partir de un estudio de casos. 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctorado En Ciencia Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2015. Disponível em: <https://rehip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/9881/DOCUMENTO%20FINAL%20ARA%20IMPRESA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 31 out. 2023.

GIMENEZ, H. M.; LISBOA, M. T.; SILVA, M. A.; DIALLO, M. A. A Tríplice Fronteira como região. **Cadernos Prolam/Usp**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 148-167, 9 out. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/157693>. Acesso em: 01 nov. 2023.

GREEN, D. P.; SHAPIRO, I.; SOUZA, M. T. Teoria da escolha racional e ciência política: um encontro com poucos frutos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 23, p. 169-206, jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2108/1727>. Acesso em: 01 nov. 2023.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfnMPr4fj75gb/#:~:text=O%20neo%20institucionalismo%20n%C3%A3o%20constitui,racional%20e%20o%20institucionalismo%20sociol%C3%B3gico..> Acesso em: 31 out. 2023.

MACEDO, R. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Neo-institucionalismo: discussão acerca da teoria e suas vertentes. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Betim, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/53533/2/NEO-INSTITUCIONALISMO_%20%20DISCUSS%C3%83O%20ACERCA%20DA%20TEORIA%20E%20%20SUAS%20OVERTENTES.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

MELO, M. A. B. C. O neo-institucionalismo de volta à cena teórica. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 7, n. 6, p. 213-215, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/39351/24167>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MELLO, K. B.; MAGDALENA, P. C.; PEDRO, W. J. A. Ciência como instituição: aportes teóricos a partir do neo-institucionalismo. **Revista Cereus**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 15-27, 29 dez. 2018. *Revista Cereus*. <http://dx.doi.org/10.18605/2175-7275/cereus.v10n4p15-27>. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/1903/725>. Acesso em: 31 out. 2023.

MESQUITA, F. C. S.; SHIMA, S. S. O neo-institucionalismo histórico e o processo de integração regional no MERCOSUL. **Revista Presença Geográfica**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 18-27, 26 set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/2704>. Acesso em: 31 out. 2023.

MÓSCA, H. M. B.; SILVA, J. R. G.; BASTOS, S. A. P. Fatores institucionais e organizacionais que afetam a gestão profissional de departamentos de futebol dos clubes: o caso dos clubes de futebol no Brasil. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 53-71, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/575>. Acesso em: 31 out. 2023.

NASCIMENTO, E. O. do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 1, p. 95-121, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1531>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**,

[S.L.], v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XjdpGqs7MqJkhVKh3nPyrgb/#>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RIBEIRO, F. Institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da ciência política. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 10, p. 89-100, jan. 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3587>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TROIANO, M.; RISCADO, P. Instituições e o Institucionalismo: notas acerca da construção do debate e seus principais desafios na contemporaneidade. **Revista Política Hoje**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 113-132, mar. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3712>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ROMAGNOLI, A. J. Neoinstitucionalismo e a análise de políticas públicas: estabilidade e ruptura institucional. **I Seminário Discente de Ciência Política (SDCP)**, Curitiba, p. 1-15, ago. 2020. Disponível em:
<https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2020/paper/viewFile/3114/917>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 58, p. 225-254, jan. 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/DRZGLBNZMnrMqJNXRC8XLfr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TROJBICZ, B. Mudanças Não-Incrementais em Contextos de Neo - Institucionalismo Histórico: explicando "conjunturas críticas". **Administração Pública e Gestão Social**, [S.L.], v. 2, n. 8, p. 76-84, abr. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4857>. Acesso em: 01 nov. 2023.